

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Sarah Matos Rocha Mesquita

O uso de ameaças como estratégia para cumprimento do mandato institucional em audiências no Juizado Especial Criminal

Juiz de Fora

2021

Sarah Matos Rocha Mesquita

O uso de ameaças como estratégia para cumprimento do mandato institucional em audiências no Juizado Especial Criminal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amitza Torres Vieira

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Matos Rocha Mesquita, Sarah.

O uso de ameaças como estratégia para cumprimento do mandato institucional em audiências no Juizado Especial Criminal /Sarah Matos Rocha Mesquita. -- 2021.
88 f.

Orientadora: Amitza Torres Vieira
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021.

1. fala-em-interação. 2. Juizado Especial Criminal. 3. ameaças. I. Torres Vieira, Amitza, orient. II. Título.

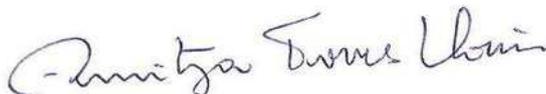
Sarah Matos Rocha Mesquita

O uso de ameaças como estratégia para cumprimento do mandato institucional em audiências no Juizado Especial Criminal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Aprovada em 06 de setembro 2021.

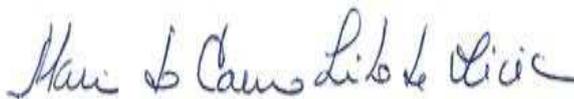
BANCA EXAMINADORA



Dra. Amitza Torres Vieira – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Dra. Denise Barros Weiss
Universidade Federal de Juiz de Fora



Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

À memória de todas as espiritualidades que sempre me acompanham, em especial, a do meu avô Luis Alberto da Silva Rocha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Oxalá e a todos os orixás por permitirem que eu trilhasse os caminhos da vida, perseguindo meu grande desejo: o percurso acadêmico. Nele, pude contar com quem eu chamo carinhosamente de maridume. Obrigada, Thiago, por acreditar em mim todos os dias, obrigada por ser minha força, obrigada por me incentivar tanto e sempre. Gratidão, amor!

Agradeço à minha avó, Marisa, por todo o ensinamento de vida transmitido e por sempre fazer eu confiar em mim mesma. Muito obrigada, vovó!

Agradeço à minha mãe, Simone, por sempre me mostrar que pela persistência e pelo amor nós podemos conquistar o mundo. Obrigada, mãe!

Agradeço ao meu irmão, Thales, por todo apoio e ombro amigo durante a trajetória da vida. Obrigada, cabecinha de inhame!

Agradeço à minha irmã, Manu, que mesmo de longe é um presente diário na minha vida.

Aos meus irmãos, Wagner e Bárbara, agradeço por toda a leveza e sorrisos que sempre trouxeram para o meu dia-a-dia! Muito obrigada! Vocês são tudo pra mim!

Agradeço ao Edel, meu pai de coração, por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditava. Muito obrigada, Edel! Seu apoio foi imprescindível!

Aos meus tios Omar, Patrícia e Nando, muito obrigada! Tio Omar e tia Patrícia, obrigada por sempre trazerem tanta alegria para minha vida. Felicidade faz toda a diferença durante o processo de escrita. Ao tio Nando e professor Luiz Fernando, com quem pude aprender na relação pessoal e acadêmica, muito obrigada! Foi um inenarrável prazer poder experimentar ser sua aluna e sobrinha, durante esse percurso.

Às minhas dindinhas Ivalda e Aida, muito obrigada por todo amor e apoio desde à infância!

À família Verpel Duim, meu muito obrigada! Vocês me presentearam com minha maior riqueza. Agradeço, especialmente, à tia Cida e à Bárbara por tanto carinho e zelo.

Agradeço, profundamente, aos meus amados amigos Irene e Juninho e suas filhas, Maria Júlia e Maria Fernanda, por sempre me acolherem em todas as circunstâncias. Minha gratidão e amor pela família de vocês não pode ser mensurada.

Agradeço à minha querida amiga Andreia Tocantins, por todo apoio durante meu processo de escrita, sem você não teria dissertação.

À minha amiga Marcela Martins pela paciência e ensinamento sobre as especificidades do direito.

À Nathália Ribeiro por todos os conselhos, à Rachel Finamore pela prontidão e carinho de sempre. Muito obrigada, minhas amigas! Vocês são o time perfeito!

Agradeço à tia Micheline, Camila e ao meu bedeux, João Lucas, por me acompanharem desde o início do meu ingresso ao mestrado, me acolhendo, apoiando, sempre me transmitindo tanto amor! Muito obrigada!

Ao meu amigo Flavinho, muito obrigada por toda a alegria, carinho e abraços calorosos quando meu coração estava apertado.

À minha terapeuta, Gabriela Caiffa, muito obrigada por me ajudar a externalizar e localizar tantos sentimentos.

Ao Higor Joy, meu querido personal e amigo, agradeço pela paciência diária e por toda dedicação.

Agradeço à nossa querida conciliadora Sonali, que sempre esteve à disposição e nos ensinou um pouquinho mais sobre o mundo jurídico. Obrigada, Sonali!

Agradeço aos professores membros da banca por aceitarem ler meu trabalho e contribuir com seu vasto conhecimento em meu texto. Obrigada!

À UFJF, minha gratidão mais profunda pelos anos de aprendizado e oportunidades.

À CAPES, minha eterna gratidão pela concessão da bolsa de pesquisa.

Ao CAEd minha gratidão pela oportunidade de evolução na vida profissional em concomitância com a vida acadêmica.

Agradeço imensamente a minha querida orientadora, que me acolhe com muito afeto e competência desde à graduação, por todo conhecimento transbordado. Amitza, muito obrigada por toda sabedoria e expertises direto ao point transmitidos durante esses anos. Com absoluta certeza devo minha trajetória acadêmica a você! Gratidão!

“De tanto usar referência, virei referência...”

(DJONGA, G. P.)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o uso de ameaças por conciliadores em Audiências Preliminares no Juizado Especial Criminal (JECrim) de duas cidades da Zona da Mata de Minas Gerais. Mais especificamente, pretende-se: (i) identificar o tipo das ameaças produzidas pelos conciliadores de acordo com a classificação proposta por Salgueiro (2010); (ii) analisar a forma linguístico-discursiva das ameaças; (iii) investigar a função das ameaças no cumprimento do mandato institucional nessa atividade de fala. Para tanto, adotamos o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ, 1982; GOFFMAN, 1981), e as discussões de Drew e Heritage (1992) e Del Corona (2009) respaldam a análise da fala institucional. O trabalho é um estudo de casos múltiplos (YIN, 2015) de cunho qualitativo-interpretativo (DENZIN; LINCOLN, 2006), e os dados foram transcritos seguindo as convenções do modelo Jefferson (LODER, 2008). Os resultados preliminares mostram que as ameaças atuam no cumprimento do mandato institucional (MAYNARD, 1984) tanto para dar continuidade às tarefas previstas na situação de fala quanto para atuar na argumentação (SCHIFFRIN, 1987; VIEIRA, 2003; 2007) dos profissionais da instituição. A investigação sobre o uso da ameaça em audiências de conciliação no JECrim pode contribuir para os estudos da linguística interacional no contexto legal, tendo em vista que alia interessantes *insights* empíricos à teoria. Pode também colaborar para a prática da profissão dos conciliadores, além de possibilitar uma replicabilidade da discussão em outros campos profissionais relacionados.

PALAVRAS-CHAVE: fala-em-interação; Juizado Especial Criminal; ameaças.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the use of threats by conciliators in Preliminary Hearings in the Special Criminal Court (JECrim) in two cities in Zona da Mata, Minas Gerais state. More specifically, the intention is: (i) to identify the type of threats produced by conciliators according to the classification proposed by Salgueiro (2010); (ii) analyze the linguistic-discursive form of threats; (iii) investigate the objective of threats in the institutional mandate fulfillment in this speech activity. Therefore, we adopted the theoretical-methodological framework of Interactional Sociolinguistics (GUMPERZ, 1982; GOFFMAN, 1981), and the discussions by Drew and Heritage (1992) and Del Corona (2009) support the analysis of institutional speech. The work is a multiple case study (YIN, 2015) of a qualitative-interpretive nature (DENZIN; LINCOLN, 2006), and the data were transcribed following the Jefferson model conventions (LODER, 2008). Preliminary results show that threats act in the fulfillment of the institutional mandate (MAYNARD, 1984) both to continue the tasks foreseen in the speech situation and to act in argumentation (SCHIFFRIN, 1987; VIEIRA, 2003; 2007) of the institution's professionals. The investigation on the use of threat in conciliation hearings in JECrim can contribute to the studies of interactional linguistics in the legal context, considering that it combines interesting empirical insights with theory. It can also contribute to the professional practice of conciliators, in addition to enabling a “replicability” of the discussion in other related professional fields.

KEYWORDS: talk-in-interaction; Special Criminal Court; threats.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Modelo potencial de argumentação (VIEIRA, 2003)	23
Quadro 2 – Modelo potencial de argumentação (VIEIRA, 2007)	24
Quadro 3 – Categoria e forma das ameaças (SALGUEIRO, 2010)	25
Figura 1 – Procedimentos das audiências no JECrim	36
Figura 2– Disposição espacial da audiência “Ameaça de morte”	39
Figura 3– Disposição espacial da audiência “A briga”	40
Figura 4 – Disposição espacial da audiência “A ausência”	41
Quadro 4 – Compilado das análises	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Análise da Conversa Etnometodológica
ACEI	Aceite
APOI	Apoio
AVAL	Avaliação
BO	Boletim de Ocorrência
CODA	Movimento de finalizar uma sequência argumentativa
JECrim	Juizado Especial Criminal
MA	Movimentos Argumentativos
OPMOD	Opinião Modificada
POSAS	Posição Associada
POSIN	Posição Inicial
POSRE	Posição Repetida
P-R	Pergunta-Resposta
PROCON	Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
RECH	Rechaço
REFU	Refutação
SI	Sociolinguística Interacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ARCABOUÇO TEÓRICO	17
2.1 SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL	17
2.2 INTERAÇÃO INSTITUCIONAL	19
2.3 ARGUMENTAÇÃO INTERACIONAL	22
2.4 AMEAÇAS	25
3 METODOLOGIA	27
3.1 NATUREZA DA PESQUISA	27
3.2 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO	30
3.3 GERAÇÃO DOS DADOS	33
3.4 CONTEXTO DE PESQUISA: O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	33
3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.5.1 Audiência “Ameaça de Morte”	38
3.5.2 Audiência “A briga”	39
3.5.3 Audiência “A ausência”	40
4 ANÁLISE DE DADOS	42
4.1 AUDIÊNCIA “AMEAÇA DE MORTE”	42
4.2 AUDIÊNCIA “A BRIGA”	49
4.3 AUDIÊNCIA “A AUSÊNCIA”	54
4.4 DISCUSSÃO DOS DADOS	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
ANEXO A - O MODELO JEFFERSON DE TRANSCRIÇÃO	69
ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA “AMEAÇA DE MORTE”	70
ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA “A BRIGA”	79
ANEXO D - TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA “A AUSÊNCIA”	84
ANEXO E - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO	88

1 INTRODUÇÃO

Os estudos desenvolvidos pela Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) apontam para a diferença da natureza das interações. Por um lado, temos as conversas cotidianas com regras de organização da fala, como, por exemplo, a sistemática de tomada de turnos, que possibilitam negociação local do que pode ser tratado. Por outro lado, temos as interações institucionais, nas quais há restrições quanto ao que os participantes vão tratar como contribuições admissíveis àquele tipo de evento (DREW; HERITAGE, 1992).

Ainda que no início de suas pesquisas os analistas da conversa tenham se debruçado sobre a fala cotidiana, considerada a pedra fundamental da socialidade (GARCEZ, 2008), nas últimas décadas, vários pesquisadores se dedicaram a analisar particularmente as interações institucionais, contribuindo para sua caracterização. A partir desses estudos, Drew e Heritage (1992) sistematizaram aspectos recorrentes no estudo de interações institucionais, apontando três características: restrições às contribuições aceitas, inferência de enquadres e procedimentos e orientação para o cumprimento do mandato institucional (MAYNARD, 1984).

Segundo os autores, os eventos institucionais são organizados e orientados para o cumprimento de uma tarefa pertinente à instituição. No caso de audiências preliminares no Juizado Especial Criminal (JECrim)¹, contexto investigado nesta pesquisa, o objetivo principal do encontro é realizar o acordo, seja com o Ministério Público por meio do aceite da transação penal², seja com a parte ofensora por meio da composição civil. Em caso de aceite, o processo é arquivado, e os envolvidos no fato delituoso não constam com antecedentes criminais.

Um primeiro olhar sobre os nossos dados mostrou a ocorrência de ameaças na fala dos profissionais desta instituição. As ameaças foram estudadas primeiramente por Salgueiro (2010) que identifica três tipos: elementar, condicional comissiva e condicional diretivo-comissiva. Segundo o autor, no caso da última categoria, o falante que pronuncia esse tipo de ameaça não pretende realizar a ação danosa, ao contrário, o que deseja é a execução de sua vontade pelo ouvinte. Assim, em uma disputa, as ameaças podem ser usadas como estratégia para se conseguir que o pedido ou oferta seja atendido.

¹Órgão do poder judiciário responsável pelo processamento e julgamento de delitos e contravenções de menor potencial ofensivo, aos quais cabem penas de menos de dois anos de detenção.

²A transação penal corresponde ao pagamento, no valor de um salário mínimo, a uma instituição beneficente da cidade, ou à prestação de serviços comunitários.

Corroborando esses resultados, Santos (2018) identifica preferencialmente as do tipo condicional diretivo-comissiva em audiências de conciliação no Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Nos dados da autora, o falante não tinha, necessariamente, a intenção de realizar a ameaça; na verdade, objetivava a formulação do acordo. Em outras palavras, as ameaças eram usadas pelos mediadores como último recurso argumentativo para cumprir o mandato institucional naquela instância legal. Perguntamos, então: como atuam as ameaças na fala de conciliadores em audiências de conciliação no JECrim?

Para responder a essa questão, pretendemos investigar o uso de ameaças na fala de profissionais da instituição em audiências preliminares no JECrim. Mais especificamente, questionamos:

- (i) considerando as postulações de Salgueiro (2010), quais tipos de ameaças emergem na fala dos representantes da instituição?;
- (ii) como as ameaças são estruturadas no discurso desses profissionais?;
- (iii) qual a função das ameaças nesse contexto institucional?

Essas indagações auxiliam na delimitação dos objetivos específicos deste trabalho:

- (i) identificar o tipo das ameaças produzidas pelos conciliadores de acordo com a classificação proposta por Salgueiro (2010);
- (ii) analisar a forma linguístico-discursiva das ameaças;
- (iii) investigar o papel das ameaças nesse encontro institucional.

Para responder às questões e atingir os objetivos propostos, serão analisadas três audiências preliminares no JECrim, utilizando metodologia qualitativa e interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) em um estudo de casos múltiplos (YIN, 2015; 2016). As audiências selecionadas, denominadas “Ameaça de Morte”, “A briga” e “A Ausência”, foram gravadas em áudio e transcritas seguindo as convenções do modelo Jefferson (LODER, 2008).

A investigação sobre o uso da ameaça em audiências de conciliação no JECrim pode contribuir para os estudos da linguística interacional no contexto legal, tendo em vista que alia interessantes *insights* empíricos à teoria. Pode também colaborar para a prática da

profissão dos conciliadores, além de possibilitar uma replicabilidade da discussão em outros campos profissionais relacionados.

A seguir, traçamos o roteiro dos cinco capítulos desta dissertação e esperamos que a leitura dos parágrafos subsequentes faculte ao leitor uma visão ampla do desenvolvimento da pesquisa até os resultados.

No segundo capítulo, desdobramo-nos nas conceituações da Sociolinguística Interacional, dentre outros que emergem nessa perspectiva linguística (GOFFMAN, 2020; GUMPERZ, 1998; ERICKSON; SHULTZ, 1982). Além disso, definimos o que são as interações institucionais, contexto da presente pesquisa, com base em Drew e Heritage (1992) e Del Corona (2009). As ameaças, fenômeno linguístico emergente das análises, são conceituadas com respaldo em Salgueiro (2010), com as contribuições de Santos (2018). Em seguida, como algumas ameaças encontram-se entrelaçadas a sequências argumentativas, explanamos sobre a argumentação interacional e suas categorizações nos termos de Schiffrin (1987) e Vieira (2003;2007).

No terceiro capítulo, explicamos a abordagem metodológica da pesquisa, cuja natureza é de cunho qualitativo-interpretativo (DENZIN; LINCOLN, 2006) e se constitui como um estudo de casos múltiplos (YIN, 2015; 2016). Como enfoque teórico-metodológico, esclarecemos a origem dos dados, a partir da gravação e transcrição de áudios (LODER, 2008). Também nessa seção descrevemos as audiências preliminares no JECrim e mostramos como são organizados os procedimentos das ações nesse órgão (MACHADO, 2019). Em sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados em nossas análises, contextualizando cada audiência e explicitando as respectivas disposições espaciais.

No quarto capítulo, empreendemos a análise dos dados das audiências “Ameaça de Morte”, “A briga” e “A Ausência”, e discutimos os resultados. Por fim, o quinto capítulo expõe as considerações derivadas da pesquisa.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

Este capítulo apresenta o arcabouço teórico utilizado no presente estudo. Na primeira seção, mostramos a vertente que norteia a nossa pesquisa, em seguida, as delimitações do contexto estudado. Em sequência, explicamos as argumentações interacionais e o fenômeno linguístico, foco desse estudo de estudo de casos múltiplos, as ameaças.

2.1 SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL

A Sociolinguística Interacional (SI) desenvolveu-se a partir das pesquisas de John Gumperz (1999). Essa ramificação da Linguística tem como foco as interações face a face e as diferenças de papéis e repertórios linguísticos que emergiam entre os participantes. Suas bases metodológicas são respaldadas pela etnografia, dialectologia, pragmática, análise goffmaniana e análise da conversação (GUMPERZ, 1999). A partir dessa perspectiva, emerge uma teoria capaz de tratar “a linguagem como parte integrante de processos sociais e culturais, bem como a necessidade de desenvolver métodos e conceitos técnicos adequados para descrevê-la” (GUMPERZ, 1999, p. 3).

O autor também busca amparo nas postulações de Goffman (1974) que focalizam as situações comunicativas sob a perspectiva social e o que acontece entre os interlocutores nas interações face a face. Para isso, Goffman desenvolveu um sistema complexo de termos e conceitos cujo objetivo é demonstrar como as pessoas usam múltiplas estruturas para dar sentido aos eventos, mesmo enquanto ainda estão ocupadas na construção de tais eventos. Dentre os conceitos demarcados por Goffman, emergiu a noção de enquadre, que é regido por princípios de organização passíveis de serem modificados de acordo com a coconstrução dos participantes. Nos termos do autor, nos enquadres as “definições da situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos [...] e nosso envolvimento subjetivo com eles” (GOFFMAN, 1974, p.10-13).

Pereira (2002) afirma que a noção de enquadre introduz conceitos e distinções fundamentais para melhor compreensão sobre as estruturas organizacionais e as participações sociais que emergem no discurso, destacando outro importante conceito trazido por Goffman (1974), o *footing*. Esse termo visa a caracterizar a projeção pessoal

do locutor em uma dada interação, seu alinhamento com relação aos outros participantes, a si próprio e ao discurso em construção.

De acordo com Goffman (1981, p. 128) a mudança de *footing* está diretamente relacionada à mudança de alinhamento e, por isso é “expressa na forma em que conduzimos a produção ou recepção de uma elocução”. Assim sendo, temos possíveis mudanças em relação à estrutura de participação (relativa ao ouvinte) e à estrutura de produção (relativa ao falante). Um ouvinte pode ser ratificado – aquele que possui o direito de estar na interação, sendo ele endereçado ou não endereçado – ou não ratificado – aquele que não tem o direito de participar da interação, apresentando-se como casual ou intrometido (GOFFMAN, 1974). Em paralelo, um falante pode contribuir com a interação de diversas maneiras, expressando-se como animador (apresenta-se como mero produtor de sequências de palavras); autor (quando seleciona as palavras e os sentimentos que estão sendo expressos, enquanto expressões de fatos, opiniões ou crenças); responsável (é a pessoa cuja posição ou ponto de vista está sendo expresso na elocução, sendo que, nesse caso, trata-se de uma pessoa que possui um papel institucional socialmente referenciado) ou figura (alguém que pertence ao universo sobre o qual se está falando, não ao universo no qual a fala ocorre) (GOFFMAN, 1974).

Além desses conceitos disponíveis nessa vertente linguística como recursos analíticos, a SI se concentra no contexto e nas inferências culturalmente situadas e específicas. Desse modo, o objetivo é descobrir formas empíricas de demonstrar, por meio da análise do discurso, se procedimentos interpretativos são compartilhados ou não (GUMPERZ, 1999).

A noção de contexto passa então a receber uma grande atenção nesse momento, deixando de fazer referência a um ponto estático e externo e passando a ser entendida de forma dinâmica e inerente aos processos de comunicação, sendo, por essa razão, necessária para uma compreensão do mundo social (GUMPERZ, 1998). O contexto apresenta-se, portanto, como uma compreensão do mundo social ativada no meio dos processos de interação, sendo ratificada ou prejudicada, na medida em que os participantes de uma interação respondem uns aos outros (GUMPERZ, 1999).

A SI advoga, portanto, que “a fala é compreendida como um processo reflexivo” (GUMPERZ, 1999, p. 461); sendo assim, a análise é interpretativa e construída em contextos específicos, com respaldo em conhecimentos prévios.

Um dos mais produtivos fundamentos da SI refere-se às pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982), marcas linguísticas e paralinguísticas presentes nas interações. Tais pistas de contextualização (GUMPERZ, 1998), promovidas pelos participantes durante a interação— pausas, interrupções, reparos, risos, mudança de entonação da voz, entre outras — são uma boa base para interpretação e análise dos dados, pois permitem que o pesquisador faça as inferências necessárias sobre o significado social das ações desses sujeitos (LADEIRA, 2007). Descrever as características gerais e explicar o caso específico, prezando por uma explicação analítica que atenda às especificidades dos dados analisados e fazendo com que padrões sejam gerados, é o grande desafio de um estudo em SI.

Por esse motivo, para a Sociolinguística Interacional, é apenas no discurso que se encontram formas para extrair os dados que auxiliam na interpretação do significado, tendo o compromisso de “não colocar palavras e conceitos nas bocas e cabeças dos informantes”³ (ERICKSON; SHULTZ, 1982, p. 59), tampouco tentar adivinhar suas intenções quando dizem algo.

2.2 INTERAÇÃO INSTITUCIONAL

Inicialmente, no âmbito da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), a natureza interacional era estudada a partir de duas perspectivas: como análise das peculiaridades que diferenciam interações cotidianas de institucionais ou como identificação dos aspectos comuns à interação humana (DEL CORONA, 2009).

Schegloff (1968) aclara que o sistema de troca de fala da conversa cotidiana é o primeiro cenário em que é possível observar como se dá a alocação de turnos entre os participantes e, ainda, como tais alocações acontecem de maneira diferente em contextos institucionais.

A distinção dessa natureza interacional, se cotidiana ou institucional, foi inicialmente exposta em trabalhos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) ao investigarem as organizações de tomada de turnos.

Os autores, ao perceberem a existência de um *continuum* nas interações que variam em função da maior para a menor restrição às possibilidades da organização da tomada de turnos, afirmam que as interações não são definidas pelo contexto físico em que ocorrem,

³Tradução nossa do original em inglês “not putting words and concepts in the mouths and heads of the informants” (ERICKSON; SHULTZ, 1982, p. 59).

mas, sim, pela maneira como se dá a co-construção das identidades dos participantes (DEL CORONA, 2009).

Drew e Heritage (1992), ao se debruçarem sobre a interação institucional, explicitam três características gerais das falas provenientes desse tipo de contexto. São elas:

- (i) orientação para o cumprimento do mandato institucional;
- (ii) restrições às contribuições aceitas e
- (iii) inferência de enquadres e procedimentos.

A primeira característica diz respeito à orientação para o cumprimento do mandato institucional, que “envolve uma orientação de pelo menos um dos interagentes para alguma meta” (DREW; HERITAGE, 1992, p. 22). Por isso, apresenta-se com caráter convencional relativamente restrito. Maynard (1984), ao se debruçar sobre o sistema judicial e a negociação entre promotores e defensores, que buscam evitar o julgamento diante do tribunal, observou que os turnos dos participantes estão organizados para o cumprimento do mandato institucional, sendo este a meta-fim a ser alcançada, o processamento dos casos. Assim sendo, a imprescindibilidade de atingir a meta é que sustenta e determina a interação. Além disso, destacamos que o participante responsável pelo evento é quem determina quais serão os padrões de conversa, bem como quais serão as rotinas de produção dos integrantes para alcançar o objetivo interacional.

A segunda característica é com relação às restrições às contribuições aceitas em contextos institucionais, visto que há limites especiais e particulares, dependendo do que os participantes vão tratar como contribuições admissíveis para o cumprimento da meta-fim. Em nosso contexto, é o conciliador quem controla a interação e defini quando e quais participantes poderão fazer contribuições durante a interação, bem como quais serão os tópicos discursivos tratados.

A terceira característica está relacionada à inferência de enquadres e procedimentos, já que “a interação institucional pode ser associada a arcabouços inferenciais e procedimentos que são peculiares aos contextos institucionais específicos” (DREW; HERITAGE, 1992, p. 22) e, por isso, o participante controlador da interação pode apropriar-se de recursos, como a solicitação de repetição de informação, para confirmar se o outro interagente compreendeu os aspectos tratados.

Tendo em vista essas características, compreende-se que a interação institucional porta uma série de condições pré-estabelecidas e, por isso, Drew e Heritage (1992) ainda trazem alguns aspectos da conduta interacional que são relevantes em eventos desse tipo. De acordo com os autores, os seguintes aspectos analíticos são produtivos para a interação institucional:

- (i) escolha lexical;
- (ii) construção dos turnos;
- (iii) organização das sequências;
- (iv) organização macroestrutural e
- (v) epistemologia social e relações sociais.

A escolha lexical nos permite verificar a orientação dos participantes para a co-construção da interação. Desse modo, a presença ou ausência do uso de jargão técnico da área, demonstrando familiaridade ou não com o tópico, constrói para o falante uma identidade de detentor ou não do conhecimento que está em jogo. Já a construção dos turnos está relacionada ao modo como o participante desempenha seu turno de fala e quais são os detalhes da construção verbal desse turno. Por sua vez, a organização das sequências permite identificar as características das ações sociais co-construídas, demonstrando que as alocações de turnos, em contextos institucionais, é responsabilidade do representante da instituição.

Com relação à organização macroestrutural, nas esferas mais formais, notamos que há uma orientação preestabelecida de atividades para realização de tarefas que culminem no cumprimento do mandato institucional. Um último ponto, proposto por Drew e Heritage (1992), diz respeito às diferenças de acesso de profissionais e de clientes a determinados recursos interacionais que causam assimetria entre os integrantes – a epistemologia social e as relações sociais. Para compreender mais especificamente a assimetria presente, destacamos os aspectos relevantes vinculados às posições interacionais, a saber: (i) as questões de participação, em que a alocação do turno é determinada por quem dirige a interação, havendo, portanto, uma assimetria nas possibilidades de participação dos profissionais e clientes ao longo da interação; (ii) o domínio de conhecimento e os direitos a conhecimento, já que o profissional e o cliente da instituição têm *status* diferente de acesso aos conhecimentos específicos, e é o representante institucional quem dirige a

interação, decidindo quais tópicos serão discutidos, guiando o cliente e promovendo aproximações e distanciamentos durante a interação; e (iii) o acesso distinto a rotinas e procedimentos, demonstrando que as perspectivas do profissional e do cliente são distintas.

Ao analisar audiências de instrução de um tribunal da região Sul do Brasil, Del Corona (2009) verificou as características peculiares presentes nas interações institucionais de acordo com Drew e Heritage (1992). O trabalho de 2009 torna mais nítido o fato de que a orientação para o cumprimento do mandato institucional promove práticas diferentes das presentes em interações cotidianas, como a assimetria dos participantes.

2.3 ARGUMENTAÇÃO INTERACIONAL

Os estudos conversacionais de argumentação sob a perspectiva discursivo-interacional emergem com Schiffrin, em 1987, quando a autora propõe três componentes fundamentais nas estruturas argumentativas: posição, disputa e sustentação. Nos termos de Schiffrin (1987), a posição porta o ponto de vista a ser defendido pelo locutor e é composta por uma ideia e um compromisso; a disputa apresenta-se como um desacordo em relação a uma posição ou à sua sustentação; e a sustentação é o componente destinado a amparar as posições em disputa.

De acordo com Gille (2001), um dos autores que nomeia movimentos argumentativos (MA) como sendo as ações empreendidas pelos participantes em uma argumentação, argumentar é um jogo linguístico que inclui movimentos e contra movimentos que ocorrem em tempo real e dependem da atuação de cada jogador. Adotando a terminologia de movimentos argumentativos, o autor empreende uma análise empírica de conversas cotidianas com uma visão discursivo-interacional, e sua metodologia propõe nove categorias ou tipos de movimentos argumentativos, os quais se dividem em quatro grupos básicos: opiniões, refutações, sustentações e concessões insuficientes.

Vieira (2003), ao alinhar os pressupostos de Schiffrin (1987) e a análise de Gille (2001), propõe um modelo potencial de argumentação, gerado a partir da análise de dados de uma entrevista televisiva⁴ no programa Roda Viva⁵. O modelo de Vieira (2003) é apresentado a seguir, no quadro 1.

⁴A entrevista foi transmitida no dia 24 de abril de 2000 pela TV Cultura de São Paulo, tendo como entrevistado o então Ministro da Educação Paulo Renato Souza. O programa tem duração de noventa minutos com um grupo de seis entrevistadores e é mediado por um entrevistador.

Quadro 1 – Modelo potencial de argumentação (VIEIRA, 2003)

COMPONENTES DA ARGUMENTAÇÃO	MOVIMENTOS ARGUMENTATIVOS (MA)
POSIÇÃO “Ideia” (conteúdo proposicional) + Compromisso (alinhamento)	POSIN POSAS POSRE
DISPUTA	RECH e REFU
SUSTENTAÇÃO	Justificação Evidência Exemplos Testemunhos Dados estatísticos Evidência formal Explicação Justificativa Escusa

Fonte: Vieira (2003, p. 83).

A análise de Vieira (2003) demonstrou a existência de alguns movimentos argumentativos dentro dos componentes argumentativos. No componente posição, em que é expresso o ponto de vista a ser defendido pelo autor, sendo composto por uma ideia e um compromisso para com essa ideia, os movimentos presentes são: POSIN (uma posição inicialmente defendida); POSAS (uma posição associada à posição inicial) e POSRE (uma posição repetida).

No componente disputa, em que há um desacordo em relação a uma posição ou à sua sustentação, os movimentos presentes são: RECH (rechaço) e REFU (refutação). A diferença entre eles está em sua construção. Enquanto no rechaço há a explanação de contrária, na refutação essa explanação contrária está vinculada a uma justificativa, um embasamento.

Por fim, no componente sustentação, destinado a apoiar as posições em disputa, emergem os seguintes movimentos: justificação, evidência (exemplo, testemunho e dados estatísticos) e explicação (evidência formal, justificativa, escusa).

Posteriormente, em 2007, ao analisar uma entrevista de consultoria em uma empresa do ramo de energia, Vieira desenvolveu o modelo potencial de argumentação, conforme quadro 2 a seguir.

⁵O programa Roda Viva pode ser definido como uma entrevista-debate, pois nessa atividade de fala mesclam-se características do debate e da entrevista: movimentos argumentativos de refutação configuram o debate, enquanto que a formatação de pergunta e resposta caracteriza a entrevista.

Quadro 2 – Modelo potencial de argumentação (VIEIRA, 2007)

COMPONENTES DA ESTRUTURA ARGUMENTATIVA	MOVIMENTOS ARGUMENTATIVOS (MA)
POSIÇÃO (conteúdo proposicional + compromisso)	OPIN } OPAS } OPRE } OPMOD } AVAL
SUSTENTAÇÃO	ACEI } APOI } *Justificação } *Evidência (fato, evidência formal, } narrativas) } AVAL
CODA	CODA/OPIN CODA/OPAS CODA/OPRE CODA/OPMOD

Fonte: Vieira (2007, p. 81).

No modelo potencial de argumentação de Vieira (2007), a análise de dados culmina em uma estrutura cujos componentes argumentativos têm uma variação com relação ao primeiro modelo de 2003. Em 2007, o componente disputa não se faz presente e em contrapartida, emerge o componente CODA, que expressa a atitude do falante e ocorre no fechamento de sequências argumentativas. Além da variação dos componentes há uma variação de movimentos argumentativos: AVAL (avaliação); APOI (apoio); OPMOD (opinião modificada) e os movimentos CODA que acontecem encaixados a outros movimentos.

Os movimentos argumentativos de avaliação marcam uma aprovação ou uma reprovação do que está sendo avaliado (VIEIRA, 2007) e podem aparecer separados ou associados a outros MA. O apoio (APOI) é um movimento argumentativo que está atrelado à sustentação e pode ser realizado como uma justificação ou como uma evidência. O aceite (ACEI), outro aspecto da sustentação diz respeito à aceitação, a concordância.

Por fim, a expressão do falante, um dos componentes argumentativos em questão, CODA, ocorre sempre atrelada a outros movimentos argumentativos de posição (OPIN, OPAS, OPRE e OPMOD).

Os modelos potenciais de Vieira (2003, 2007) nos auxiliam nas análises das audiências preliminares no JECrim, uma vez que algumas ameaças emergem com função argumentativa e, por isso, faz-se necessário identificarmos a qual componente e a qual movimento argumentativo essas ameaças são pertencentes.

2.4 AMEAÇAS

Nesta seção, explicaremos a nossa perspectiva sobre o fenômeno linguístico ameaça, a partir de Salgueiro (2010). Em seu trabalho, o autor analisa as semelhanças e as diferenças entre promessas e ameaças, afirmando que há uma tênue divergência entre elas, visto que uma gera obrigação e a outra não, respectivamente.

No âmbito das promessas, são geradas obrigações para quem as promete, haja vista que sua não realização acarretará uma cobrança, pois o sujeito que promete, almeja cumprir sua promessa, uma vez que se acredita que coisas prometidas são benéficas para o receptor.

Por outro lado, as ameaças, a princípio, não gerariam tais obrigações, uma vez que o ameaçador tenta gerar uma obrigação que o ameaçado não almeja cumprir. Nos termos de Grant (1949), “uma ameaça é uma promessa indesejável⁶” (p. 362), tendo em vista que são prejudiciais para o receptor.

Ao acentuar a força das ameaças, Salgueiro (2010) afirma que naquelas em que estão envolvidos somente falante e ouvinte, ao que parece, a obrigação do cumprimento da ameaça, por parte do ameaçado, dá-se devido à tentativa de manutenção da credibilidade do ameaçador. A partir dessa perspectiva, o autor apresenta três categorias para classificação das ameaças e demonstra a forma delas (Quadro 3):

Quadro 3 – Categoria e forma das ameaças (SALGUEIRO, 2010)

Categoria	Forma
Ameaça elementar	$Th(S d a)$
Ameaça condicional comissiva	$P \rightarrow Th(S d a)$
Ameaça condicional diretivo-comissiva	$De(R d a 1) \wedge (\neg(R d a 1) \rightarrow Th(S d a 2))$.

Fonte: Elaborado por Mesquita e Vieira.

Nessas ameaças, o elemento *Th* corresponde à ameaça como um todo composta pelo elemento *S*, representante do orador, pela ação que acontecerá, *d*, e pelo efeito dessa ação *a*.

Na ameaça elementar, o agressor profere enunciados como demonstração de poder, na qual o receptor não teve uma ação que justifique o fato de ser ameaçado, como em “Você vai me pagar por isso!”⁷ ou “É melhor você ter cuidado”⁸ (SALGUEIRO, 2010, p.

⁶Tradução nossa do original em inglês: “a threat is na unwel comepromise” (GRANT, 1949).

⁷Tradução nossa do original em inglês: “You'll pay for this!” (SALGUEIRO, 2010, p. 215).

4). Desse modo, o orador se compromete com um ato futuro. A diferença entre uma ameaça elementar e uma promessa elementar está na ação futura, pois normalmente, em ameaças, a ação prejudica o interlocutor; já nas promessas, a ação beneficia esse interlocutor.

Há ainda, de acordo com Salgueiro (2010), as ameaças do tipo condicionais, que se subdividem em condicionais comissivas e condicionais diretivo-comissivas. Nas ameaças condicionais comissivas, o compromisso do orador está condicionado à satisfação de uma ação que não está ao alcance do receptor, por exemplo, “Se eles me fizerem chefe do departamento, tornarei a vida impossível para você”⁹, em que “ganhar na loteria” não é uma condição passível de ser realizada pelo interlocutor. Segundo Salgueiro (2010), o objetivo desse tipo de ameaça não é fazer com que o ameaçado satisfaça a condição, que como sabemos, está fora de seu alcance.

Nas ameaças condicionais diretivo-comissivas, a realização da ação futura está diretamente relacionada às atitudes do interlocutor. Em sua estrutura, *De* significa “eu exijo” e *R* é o sujeito que sofre a ameaça. Desse modo, percebemos que o ponto ilocucionário será diretivo, e o compromisso do orador com a ação futura dependerá além da efetivação da condição, da forma como o receptor reagirá diante da ameaça proferida.

No exemplo, “Se você parar de fumar, (prometo que) comprarei um carro para você”¹⁰, “parar de fumar” é uma condição passível de ser realizada pelo interlocutor e é uma condição que determina a ocorrência da ação futura “comprarei um carro para você”.

Santos (2018) investigou o uso das ameaças na argumentação em contextos institucionais, as audiências de conciliação do PROCON. Para isso, a autora baseou-se em autores cujo foco era o aspecto clássico da argumentação e também em estudos da argumentação sob o viés interacional. Para analisar as ameaças, adotou como referenciais Salgueiro (2010) e Gales (2015).

Em sua pesquisa, Santos (2018) afirma que, nessas situações de conflito, os falantes não usam estratégias de suavização e que tal movimento acentua as ameaças, tornando-as mais ou menos explícitas. Ademais, a autora observou que as ameaças surgiam como estratégia argumentativa, na ausência da formulação de um acordo, em busca da resolução do conflito. Constatou também que a aceitação desse argumento só se dava quando o ameaçado compreendia que a ação futura seria prejudicial para si.

⁸Tradução nossa do original em inglês: “You'd better watch out!” (SALGUEIRO, 2010, p. 216).

⁹Tradução nossa do original em inglês: “If they make me head of the department, I'll make life impossible for you” (SALGUEIRO, 2010, p. 217).”

¹⁰Tradução nossa do original em inglês: “If you give up smoking (I promise you) I'll buy you a car” (SALGUEIRO, 2010, p. 218).

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os pressupostos teórico-metodológicos do presente estudo. Na primeira seção, mostramos o tipo de pesquisa e, em seguida, o enfoque utilizado no estudo. Em seguida, descrevemos como se deu a geração dos dados, bem como qual é o nosso contexto de investigação. Na sequência, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados e realizamos uma breve contextualização das audiências selecionadas para investigação.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa é qualitativa em razão de acreditarmos que o principal papel do pesquisador é compreender o significado das ações humanas e identificar o que os atores sociais estão fazendo ao usar a linguagem. Desse modo, uma pesquisa com tal vertente metodológica assume a missão de analisar e compreender as condutas padronizadas, bem como os processos da sociedade, uma vez que sua origem vem de uma preocupação sobre como entender o “outro” (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Ao partirmos da premissa de que a pesquisa qualitativa é uma metodologia tocante a todas as esferas sociais, podemos nos pautar nas características de um estudo dessa natureza, apontadas por Yin (2016), e, com base nisso, compreender como nosso trabalho se encaixa nessa vertente.

De acordo com o autor, precisamos estudar o significado da vida das pessoas, em sua realidade; observar a representação das perspectivas e das opiniões dos participantes; ficar atentas às condições contextuais em que as pessoas vivem, apropriando-se de várias fontes de evidência e sendo capazes de contribuir para avanço do estudo sobre o comportamento social humano. Baseadas nessas premissas, desenvolvemos o presente estudo.

A proposta deste trabalho, análise das ameaças na fala da conciliadora e da juíza do JECrim, possibilita compreender a perspectiva da profissional no seu fazer institucional. A geração dos dados, com elaboração de diário de campo e outros instrumentos, também se coaduna com as características listadas por Yin (2016), na medida em que essas diversas fontes permitem mostrar o contexto macro das interações.

Nos termos de Denzin e Lincoln (2006, p. 17), a pesquisa com abordagem qualitativa e interpretativa é “uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e

também “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”.

Tendo em vista a importância do mundo na atividade pesquisada, precisamos considerar as condições contextuais em que as pessoas vivem, pois, em muitos momentos, são essas condições que explicam como emergem alguns fenômenos sociais. Ao observarmos a presença da ameaça no contexto institucional do JECrim, podemos perceber essa interferência do contexto no comportamento social e na análise qualitativa.

Yin (2016) relata que uma pesquisa dessa natureza visa a contribuir para o progresso do comportamento social humano, não sendo apenas uma mera narrativa cronológica do cotidiano e, podendo, em vista disso, apresentar-se como subsídio para o desenvolvimento de novos conceitos. Essa pesquisa almeja, portanto, cooperar para maior entendimento dos procedimentos ocorridos no contexto institucional, bem como das interações, compreendendo o porquê de nesse tipo de contexto emergir o fenômeno linguístico investigado.

Há, também, uma relação paradoxal existente entre a potencialidade e a singularidade dos eventos a serem analisados, levando-se em conta que se constituem como um evento único com propriedades passíveis de serem relacionadas a outras situações. As relações e evidências serão, portanto, oriundas da linguagem real dos participantes e de seu contexto de expressão.

Para aclarar a vertente interpretativa do estudo qualitativo, Yin (2016) afirma que há atributos necessários à interpretação do pesquisador, os quais buscamos contemplar ao analisar o uso das ameaças no JECrim. Uma interpretação tida como “a arte de dar seu próprio significado a seus dados” (YIN, 2016, p. 185) é estabelecida por uma completude no que diz respeito ao fato de possuir início, meio e fim; uma justeza, no que se refere à postura interpretativa do pesquisador; uma precisão empírica, no que concerne ao fato de a interpretação representar o dado verdadeiramente; um valor agregado em relação à interpretação ser inovadora ou agregadora de uma literatura existente e uma credibilidade, no que tange à forma como outros pesquisadores da área compreendem a interpretação.

A partir dos critérios apontados como necessários para a existência de uma interpretação adequada e confiável, precisamos explicitar também quais são as possíveis formas de executar uma interpretação e, para isso, respaldamo-nos em Yin (2016) e no

modo potencial da descrição¹¹. Desse modo, a pesquisa em tela apropria-se de uma análise de dados mais indutiva, pois leva em consideração o significado que os atores dão às coisas. Os estudos que abordam a vida cotidiana das pessoas sob um viés mais institucional também são apresentados como interpretação descritiva, pois detalham os fatos, tendo em vista tais estruturas institucionais.

Com base nesse tipo de metodologia, entendemos que a nossa pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativo e descritivo, uma vez que ressalta a natureza da realidade socialmente construída e propõe-se a fazer isso, com base em uma descrição detalhada dos eventos institucionais e de suas características (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para além dessa perspectiva metodológica abrangente, ressaltamos a existência de variações metodológicas disponíveis dentro da pesquisa qualitativa¹², sendo que a opção escolhida para este estudo diz respeito à variação denominada estudo de caso (YIN, 2015). Nos termos de Yin (2015, p. 36), “o caso desejado deve ser algum fenômeno da vida real que tenha alguma manifestação concreta”. O método estudo de caso é utilizado em função de haver uma investigação empírica dos fenômenos associada às especificidades do *corpus* em análise, com base nas questões que procuram responder ao “como” e ao “por que”, pois se busca esclarecer a natureza dos casos nos contextos reais de fala.

Nos termos de Yin (2015), temos aqui um estudo de casos múltiplos, tendo em vista que investigamos o fenômeno da ameaça em diferentes audiências, analisadas sob uma perspectiva de natureza global, uma vez que cada uma das audiências apresenta-se como um caso, um contexto específico. A noção de contexto assumida neste estudo orienta-se pela pergunta de Erving Goffman (1974, p. 107): “O que está acontecendo aqui e agora?”. Nessa perspectiva, o contexto é co-construído na interação pelos participantes que se guiam por pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982) para definir a atividade (situação). Em suma, a Sociolinguística Interacional compreende contexto como situação e conhecimento: o que sabemos e o que esperamos encontrar em uma atividade de fala fornecem o sistema por meio do qual definimos aquela situação (SCHIFFRIN, 1994).

A escolha metodológica em se trabalhar com estudo de casos múltiplos se deu pelo fato de considerarmos que mais casos forneceriam mais situações comparativas de análise, contribuindo para a confiabilidade da pesquisa.

¹¹Nos termos de Yin (2016), a descrição é feita pelo pesquisador de forma intensa, objetivando chegar a conclusões mais amplas do conteúdo pesquisado.

¹²De acordo com Yin (2016), as variações metodológicas existentes são a pesquisa-ação; o estudo de caso; a etnografia; a etnometodologia; a pesquisa feminista; a teoria fundamentada; a história de vida; a investigação narrativa; o estudo de observador participante e o estudo fenomenológico.

A escolha de mais de um caso, como já apontado, não visou à replicação, mas sim à possibilidade comparativa. Dessa forma, estudar os casos, avaliando a incidência dos fenômenos, no contexto no qual eles se produziram, e trabalhar os discursos possibilitou criar linhas de convergência e divergência sobre os fenômenos linguísticos instanciados no ambiente institucional.

Em suma, depreendemos, portanto, que este trabalho possui metodologia de natureza qualitativo-interpretativa, sendo ela descritiva e com variação metodológica de casos múltiplos. A escolha pelo método e as estratégias de ação em questão não têm a pretensão de esgotar todo tema e toda a pesquisa na área, entretanto, viabilizarão um recorte mais detalhado e profícuo do que será organizado e analisado nas próximas seções.

3.2 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A linguística tem ampliado vastamente suas técnicas e seus métodos de pesquisa, tendo em vista estudos em situações de interação cotidiana. E, baseada nessa perspectiva de observar e analisar as interações, a Sociolinguística Interacional faz-se cada vez mais presente, pois se apropria da gravação de conversa, da transcrição, da análise dos dados, da observação participante, das anotações de campo e da narrativa descritiva para desenvolver suas pesquisas (LADEIRA, 2007).

Sacks (1984) compreende a gravação como uma instância real que capta, em grande parte, o acontecimento, sendo capaz de representá-lo. Ao pensarmos no processo que antecede a análise de dados, Hutchby e Wooffitt (1998) nos direcionam a observar a transcrição como um método que permite acesso aos dados reais, sendo, portanto, um “processo seletivo que reflete objetivos e definições teóricas” (HUTCHBY; WOUFFITT, 1998, p. 71).

Concebemos, a partir dessa perspectiva, que a oitiva minuciosa da gravação, considerando-se os elementos extralinguísticos, bem como leitura atenta da transcrição, em concomitância e não, são instrumentos complementares durante a análise de dados. O acesso aos dados, em formato de áudio, de forma reiterada, de acordo com Hutchby e Wooffitt (1998), é uma técnica imprescindível, pois proporciona, a nós pesquisadores, um conhecimento detalhado e essencial necessários a uma boa análise, e foi dessa maneira que procedemos. Acessamos os dados em áudio, escutando-os repetidamente para ter o

conhecimento mais profundo, mesmo que impressionístico, dos elementos melódicos que estavam sendo expressos nas interações.

As transcrições dessas interações são feitas com base no sistema convencional do modelo Jefferson (LODER, 2008), que busca captar a fala como ela se estrutura verdadeiramente, marcando com detalhes pausas, interrupções, ênfases e todos os elementos que aproximam, ao máximo, a escrita da própria fala (LADEIRA, 2007). Nesta pesquisa, as transcrições das audiências utilizadas foram feitas pelos alunos de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora, no projeto “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de audiências preliminares do Juizado Especial Criminal”. Assim sendo, buscamos aliar a completude fornecida pelos dados, em formato de áudio e transcrição, escutando-os e relendo-os, sistematicamente, refinando, assim, os trechos essenciais para nossa pesquisa, aqueles que apresentavam interações com ameaças.

Ao buscar captar “o que as pessoas estão fazendo por meio de suas sequências de fala” e “como os participantes demonstram orientação ativa para a ação em andamento” (HUTCHBY; WOOFFITT, 1998, p. 99), nossas análises procuram compreender de forma mais nítida a comunicação humana e o jogo interacional, observando o que está ocorrendo na interação e os significados linguísticos sociais que estão sendo construídos a cada momento, por meio do uso da linguagem.

Por isso, a Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) tem por objetivo “a descrição e explicação das habilidades competências que falantes comuns usam e nas quais se baseiam para participarem de interações inteligíveis e socialmente organizadas” (HERITAGE; ATKINSON, 1984, p. 1). Tais interações inteligíveis são expressas em turnos de falas que são considerados espaços temporários, no qual as línguas se acomodam (SCHEGLOFF, 1968).

Para investigarmos esses espaços temporários em que a linguagem está acomodada, adotamos como ferramentas analíticas as noções da ACE de organização sequencial (SSJ, 1974), adjacência (SACKS, 1974) e relevância condicional (SCHEGLOFF, 1968).

A utilização da linguagem em sociedade demonstra que as interações são organizadas em sequências de elocuições produzidas por participantes. Dessa maneira, a sequencialidade constitui a ação social, a fala-em-interação (LODER, 2008). A noção de sequência perpassa pelo uso da linguagem em interação social por diferentes participantes em que cada participante, ao fazer sua contribuição linguística, busca levar em

consideração a elocução produzida anteriormente por outro participante. Nos termos de Sacks (1992, p. 4) “parece haver um encaixe entre o que a primeira pessoa que fala usa como forma [...] e o que seu interlocutor [contribui] em retorno”. Esse encaixe demonstra a natureza sequencial de uma interação, haja vista que a produção de um participante está relacionada à feita, anteriormente, por outro participante. Assim sendo, o conceito de sequencialidade (SSJ, 1974) está atrelado à sucessão de elocuições bem como à sucessão ordenada de falantes.

Essa sequência de turnos, em que as elocuições relacionam-se intrinsicamente uma com as outras, restringindo a expectativa de resposta, salientou os estudos de Sacks (1984), permitindo-o determinar a noção de adjacência. A noção advém do conceito de par adjacente Pergunta-Resposta (P-R). De acordo com o autor, esses pares são compostos por duas elocuições posicionadas uma em seguida da outra e produzidas por falantes diferentes, formando uma única unidade. Esse posicionamento das elocuições em seguida é denominado de adjacência. Nos termos de Sacks (1992, p. 521), “há uma coisa que vem em primeiro lugar e uma coisa que vem em segundo lugar”. Desse modo, para o par adjacente P-R, o ordenamento sequencial determina que a pergunta venha antes da resposta, sendo compostos por uma primeira parte do par e por uma segunda parte do par.

Devido à expectativa oriunda do ordenamento sequencial, a segunda parte do par precisa ser admissível à primeira, não podendo apresentar-se como qualquer elocução. Essa expectativa de ocorrência, determinada pelas partes que compõem o par adjacente P-R estão sintetizadas no conceito de relevância condicional proposto por Schegloff (1968).

Nos termos do autor “dado um primeiro item, o segundo é esperado; em ocorrendo, pode ser visto como segundo item em relação ao primeiro; em não ocorrendo, pode ser visto como oficialmente ausente” (SCHEGLOFF, 1968, p. 1083). Desse modo, fica clara a relação sequencial entre uma resposta adequada (R), requerida por uma ação orientada para ela (Pergunta - P).

Desse modo, compreendemos aqui que o estudo em Sociolinguística Interacional, sob o aporte metodológico da ACE, tem como premissa o fato de que a fala-em-interação é o ponto central na organização da atividade humana na vida social.

3.3 GERAÇÃO DOS DADOS

A perspectiva de dados assumida aqui combina a gravação e a transcrição de fala naturalística. O material, em áudio, é constituído por audiências do acervo do Projeto “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de audiências preliminares do Juizado Especial Criminal”¹³, que teve sua geração autorizada pelos juizes da Comarca do Estado de Minas Gerais, além de possuir anuência de todos os participantes presentes.

A coordenadora do projeto, Profa. Dra. Amitza Torres Vieira, atuou como observadora não-participante das audiências e reuniu, também como fontes de evidências, as pautas das audiências e conversas informais com os representantes da instituição, que são essenciais para o estudo das audiências deste projeto.

O *corpus* em questão é composto por doze audiências, perfazendo cerca de 240 minutos de gravação em áudio, e foi transcrito de acordo com as convenções de transcrição Jefferson (LODER, 2008). Em concordância às normas éticas, todos os nomes contidos nas audiências são fictícios, além de todos os participantes terem autorizado a gravação e a utilização dos dados em ambientes acadêmicos. As gravações foram feitas em um aparelho analógico de marca Panasonic, modelo RQ-L11 e, atualmente, encontram-se digitalizadas e transcritas.

Do acervo disponível, foram selecionadas três audiências para análise, tendo em vista a manifestação do fenômeno linguístico-discursivo investigado. Além das audiências, em formato de áudio e transcrição, a presente pesquisa possui auxílio de entrevista estruturada e conversas informais com a conciliadora e a juíza das interações investigadas, fichas sociais dos participantes, diários de campo, pautas das audiências e observações não-participante das audiências preliminares.

3.4 CONTEXTO DE PESQUISA: O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

O Juizado Especial Criminal (JECrim) é o órgão do poder judiciário responsável por processar e julgar contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo, cujas penas não ultrapassem dois anos de prisão, cumuladas ou não com multa. Tal órgão é regido

¹³O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAAE 03965712.5.0000.5147, Parecer nº 153.335).

conforme a Lei n. 9.099, de 26 de Setembro de 1995, estabelecendo, no Artigo 62, como critérios de orientação a “oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade” (BRASIL, 1995, recurso online).

As seis demais seções da Lei n. 9.099 determinam as etapas necessárias para o estabelecimento do JECRim. São elas: (i) a Competência e os Atos Processuais; (ii) a Fase Preliminar; (iii) o Procedimento Sumaríssimo; (iv) a Execução; (v) as Despesas Processuais e (vi) as Disposições Finais. Todas essas etapas dispõem como devem ser estabelecidos tais processos de contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo.

São duas as instâncias no JECrim: audiências preliminares e audiências de instrução e julgamento. A primeira, objeto de nossa análise, ocorre na Fase Preliminar, disposta na Seção II, da lei supracitada, nos Artigos. 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75 e 76. Se o caso não for resolvido nessa instância, e o Ministério Público oferecer a denúncia, é realizada a audiência de instrução e julgamento.

As audiências preliminares no JECrim são fruto de uma ocorrência lavrada, pela autoridade policial, em termo circunstanciado, o Boletim de Ocorrência (BO). Tal documento é encaminhado ao Juizado e, a partir desse momento, são tomadas as devidas providências.

Baseado nesse termo circunstanciado, uma audiência preliminar é marcada entre o autor¹⁴ do fato e a vítima. Instaurada a audiência preliminar, estará presente o representante do Ministério Público, o autor do fato, a vítima, o responsável civil e os advogados das partes, se possível (BRASIL, 1995). Nesse momento, o juiz ou o conciliador¹⁵ explicará “a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade” (BRASIL, 1995, recurso online).

Em audiências desse caráter, busca-se reduzir os danos civis a ações penais de iniciativa privada ou pública condicionada à representação. Em outros termos, os danos civis são escritos e homologados pelo juiz, não constando na certidão de antecedentes criminais da parte, acarretando a renúncia ao direito de representação ou queixa e, por fim, promovendo o arquivamento do processo.

¹⁴Optamos por utilizar o termo “autor” para caracterizar este participante, mas a terminologia mais adequada em termos legais seria “suposto autor”, pois na instância do JECrim o caso não é julgado.

¹⁵Conforme consta no parágrafo único do Artigo 73: “Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal” (BRASIL, 1995, recurso online). Nas audiências investigadas neste trabalho, há duas conciliadoras: uma juíza e uma oficial de justiça.

Essa conciliação ocorre principalmente por meio de um acordo para pagamento de eventuais prejuízos sofridos pela vítima. Caso não seja possível a conciliação, é oferecido ao autor primário o benefício da transação penal, que consiste no pagamento, em dinheiro ou em serviços, a uma entidade carente – pena restritiva de direito ou multa aplicada, conforme Artigo 76 (BRASIL, 1995, recurso online).

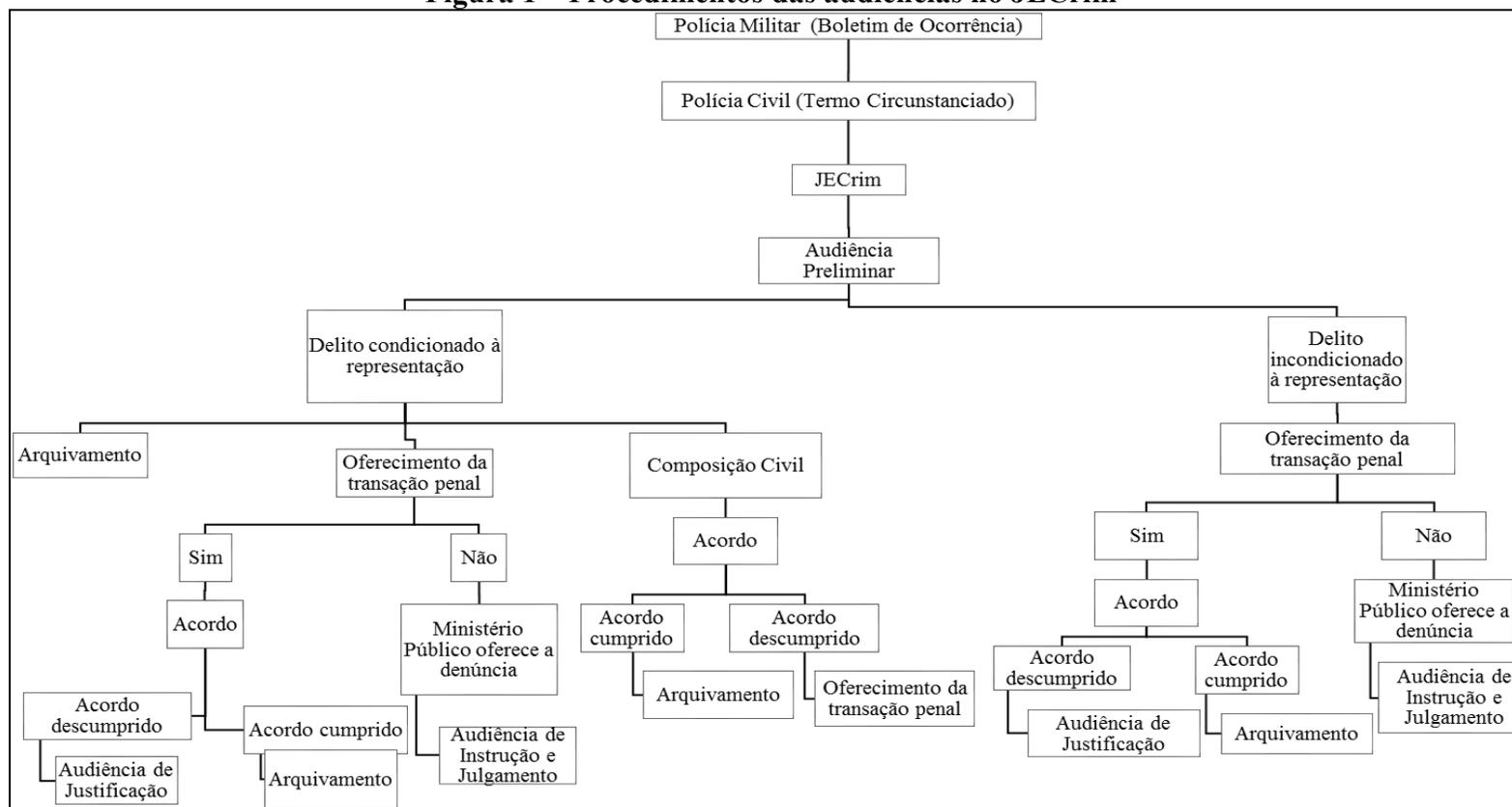
Nessa instância jurídica, não há proferimento de uma sentença, tarefa que é realizada na Audiência de Instrução e Julgamento para os casos em que o acordo não é sancionado e o processo criminal continua em andamento.

Machado (2019) debruça-se sobre audiências preliminares no JECRim e identifica a organização macroestrutural prototípica desses eventos, caracterizada por fases recorrentes, a saber: (i) abertura; (ii) apresentação do problema; (iii) oferecimento do arquivamento e (iv) fechamento (MACHADO, 2019). A autora traça também um esquema tópico, resumindo os procedimentos no JECrim em relação às audiências preliminares condicionadas à representação¹⁶ e incondicionadas à representação¹⁷. Com base no trabalho de Machado (2019), construímos um esquema que mostra, além dos procedimentos relativos às duas audiências preliminares prototípicas, os encaminhamentos que geram a ocorrência da audiência de justificação, também analisada no escopo deste trabalho, conforme Figura 1 a seguir.

¹⁶Tipos de delitos processados: ameaças, brigas, lesão corporal.

¹⁷Tipos de delitos processados: desacato à autoridade, crime ambiental, dirigir sem habilitação.

Figura 1 – Procedimentos das audiências no JECrim



Fonte: Adaptado de Machado (2019, p. 46).

A figura 1 descreve os procedimentos das audiências que ocorrem no JECrim. Na primeira fase desse órgão da justiça, os encontros institucionais são denominados preliminares e dividem-se em duas vertentes: uma que é nomeada Delito condicionado à representação e outra Delito incondicionado à representação. Ambas as formas almejam essencialmente que o acordo seja cumprido.

Nos delitos condicionados à representação, há três encaminhamentos possíveis, a saber: (i) arquivamento¹⁸; (ii) oferecimento de transação penal¹⁹; ou (iii) composição civil²⁰. Para os casos em que a vítima renuncia, há o arquivamento e o fim do processo. Para aqueles casos em que a vítima não aceita retirar a queixa, há o oferecimento da transação penal. Se o autor aceitar o benefício e o acordo for cumprido, procede-se ao arquivamento. Se o acordo não for cumprido, o caso é encaminhado para uma audiência de justificação.

Nos casos em que o autor não aceita a transação penal ou não tem direito a esse benefício²¹, o processo é encaminhado ao Ministério Público que pode oferecer denúncia, culminando em uma audiência de instrução e julgamento.

Nos delitos em que há vítima recebe indenização e a composição civil ocorre, o acordo é instaurado e o processo é arquivado. Se o autor descumprir o acordo, há uma nova audiência preliminar em que será oferecida ao autor a transação penal.

Nos delitos incondicionados à representação, aqueles realizados entre o autor e o Ministério Público, há o oferecimento da transação penal. Se o acordo é aceito e cumprido, o processo é arquivado. Se o acordo não for cumprido, será realizada uma audiência de justificação. Quando a transação penal não é aceita ou não pode ser realizada, O Ministério Público oferece a denúncia e o processo é encaminhado para uma audiência de instrução e julgamento.

Na seção seguinte, apresentaremos os procedimentos metodológicos de nossa pesquisa.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No primeiro momento da pesquisa, optamos por analisar todo o acervo do Projeto, composto por onze audiências preliminares e uma audiência de justificação.

¹⁸Nos termos de Machado (2019, p. 45) é “quando a vítima, no momento da audiência, opta por renunciar ao processo”.

¹⁹Conforme Machado (2019, p. 45) é “quando não há arquivamento ou composição de danos, a lei permite que o conciliador ofereça uma pena alternativa ao autor, que consiste na prestação de serviços à comunidade ou no pagamento de prestação pecuniária a uma instituição carente cadastrada no sistema. No entanto, esse benefício só assiste autores primários e só pode ser realizado a cada cinco anos”.

²⁰Também nos termos de Machado (2019, p. 45), é “quando a vítima sofre um prejuízo com o delito praticado pelo autor e aceita receber uma indenização mediante o pagamento de determinada quantia em dinheiro”.

²¹Apenas têm direito ao benefício os autores do delito que não realizaram a transação penal nos últimos cinco anos, sendo considerados primários.

A partir desse olhar prévio, as audiências “Ameaça de Morte”, “A briga” e “A ausência” nos chamaram atenção pela recorrência de um mesmo fenômeno linguístico: a ameaça. Ficamos interessadas e questionamos sobre o porquê de, em um contexto cujo objetivo é promover a conciliação entre os envolvidos, apaziguamento das partes, visando a alcançar a paz social, haver, frequentemente, a presença de ameaças. Em especial, chamou-nos atenção a audiência “Ameaça de Morte”, em que a vítima era a participante mais suscetível a essa ação interacional. Essa reincidência no uso das ameaças fez com que nossa pesquisa emergisse, e as audiências selecionadas fossem minuciosamente analisadas.

Fundamentadas na recorrência desse fenômeno linguístico, em uma primeira fase da pesquisa, identificamos os tipos de ameaças presentes nos corpora, de acordo com as postulações de Salgueiro (2010) e Santos (2018). Em seguida, detalhamos a forma linguístico-discursiva das ameaças. Por fim, buscamos compreender a função do ato de ameaçar no contexto de audiências no JECrim, por meio da análise interpretativa dos dados. Para tanto, analisamos as audiências selecionadas, orientando nosso olhar para o cumprimento do mandato institucional (MAYNARD, 1984) e observando a organização estrutural dos encontros.

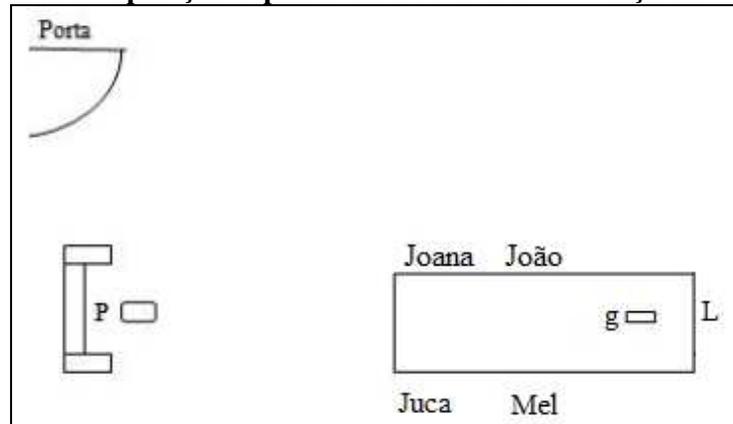
A seguir, são apresentados os contextos das audiências selecionadas para esta análise de estudo de casos múltiplos e as disposições espaciais dos encontros.

3.5.1 Audiência “Ameaça de Morte”

A audiência preliminar criminal “Ameaça de Morte” processa um delito condicionado à representação e tem os seguintes participantes: Lara (juíza), Joana (vítima), Juca (autor), Mel (advogada do autor) e João (advogado da vítima). A audiência acontece para averiguar o fato relatado em um Boletim de Ocorrência registrado por Joana. Ela acusa Juca de ameaçá-la de morte, muito embora durante a audiência, Joana informa que Juca teria se apropriado de alguns de seus bens. São eles: uma casa com lavoura de café e um animal de sua propriedade.

Desse modo, a vítima desvia sua narrativa dos fatos esperados, os que foram lavrados no Boletim de Ocorrência, a ameaça de morte em si, e repete por várias vezes o relato referente à apropriação de seus bens. As repetições e a fuga à pauta da audiência causam conflito na interação entre ela e a juíza. A audiência dura 24min54s, e o convencimento pelo acordo é construído paulatinamente. A Figura 2 a seguir ilustra a organização espacial, com o posicionamento dos participantes, da audiência em tela. Cabe esclarecer ainda que P é a pesquisadora, L é a juíza, Joana é a vítima, acompanhada de seu advogado João e Juca é o autor, acompanhado de sua advogada Mel.

Figura 2– Disposição espacial da audiência “Ameaça de Morte”



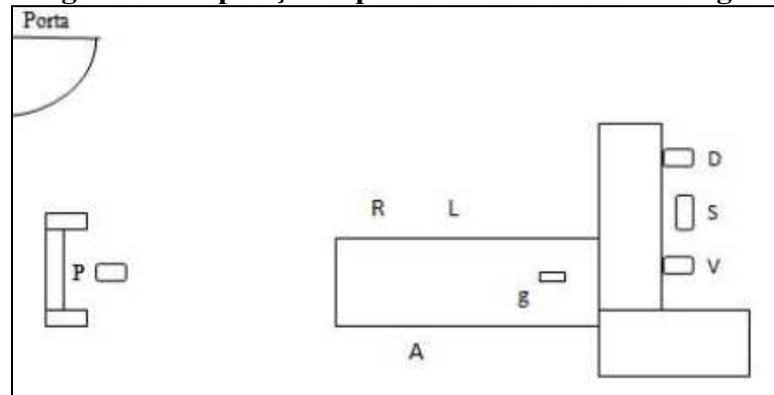
Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de audiências preliminares do Juizado Especial Criminal”.

3.5.2 Audiência “A briga”

A audiência preliminar criminal “A briga” é um delito condicionado à representação, com oferecimento de arquivamento, e possui os seguintes participantes: Sônia, a conciliadora; Davi e Vitor, os estagiários; Roger e Léo, as partes em conflito; e Ana, a advogada das partes. Os participantes Mauro e Ramon optaram por assinar o termo de desinteresse antes do início da audiência, pois não estavam com intenção de continuar o processo. Por outro lado, Léo e Roger apresentam-se à audiência. Enquanto Léo dispõe-se a arquivar o caso, Roger reluta em avançar com o processo para que Léo seja responsabilizado.

A conciliadora propõe que Roger considere o arquivamento da audiência, uma vez que o fato de todos os quatro terem trocado agressões, não havendo desproporção física entre eles, faria com que a sanção fosse a mesma para todos eles: o pagamento de cesta básica à determinada instituição carente da cidade. Os advogados presentes alinham-se à conciliadora em prol do arquivamento. Essa audiência possui duração de 15min24s, e a conciliação é construída aos poucos. Na Figura 3, a seguir, é possível observar a organização espacial da sala e dos participantes na audiência. Cada letra representa uma entidade que compunha a audiência, sendo a pesquisadora (P), Roger (R), Léo (L), Ana (A), Davi (D), Sônia (S), Vitor (V) e o gravador (g).

Figura 3– Disposição espacial da audiência “A briga”



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de audiências preliminares do Juizado Especial Criminal”.

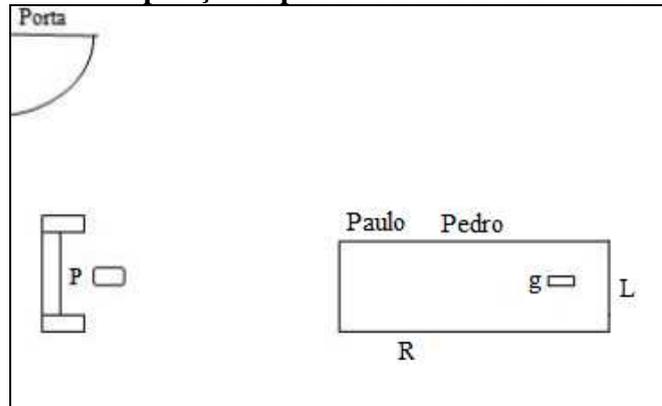
3.5.3 Audiência “A ausência”

A audiência de justificação “A ausência” é composta pelos participantes: Paulo (autor), Pedro (advogado do autor), Raul (estagiário) e Lara (juíza). O autor, em questão, havia comparecido a uma primeira audiência preliminar e aceitado o acordo do pagamento de quatro parcelas, no valor de cem reais cada uma, a um abrigo da cidade. Foi-lhe explicado, também, que a cada pagamento seria necessário que ele comparecesse ao fórum e apresentasse o comprovante de depósito.

Esse evento ocorre, portanto, para averiguar o porquê de Paulo pagar somente uma das parcelas devidas, bem como o motivo de sua ausência na prestação de informações com relação ao pagamento.

Inicialmente, ao ser questionado por sua inadimplência, o autor explica à juíza que não efetuou o pagamento das demais parcelas porque, na ocasião, estava desempregado. Em seguida, Lara pergunta ao autor o motivo de sua ausência no fórum e nesse momento ele se contradiz dizendo que não pôde comparecer, pois estava trabalhando. A juíza explica novamente as condições do acordo para o autor que se compromete, junto ao seu advogado, a fazer o que lhe foi estipulado. Esta audiência possui duração de 23min03s e as orientações sobre o pagamento são reafirmadas ao autor. A Figura 4, a seguir, representa a disposição especial da sala e dos participantes da audiência e nela observamos representado por L, a juíza Lara, no canto direito da mesa e o gravador (g) à sua frente; bem como Paulo e Pedro, autor e advogado, e Raul, representado pela letra (R), o estagiário. No sofá, P é a pesquisadora

Figura 4 – Disposição espacial da audiência “A ausência”



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de audiências preliminares do Juizado Especial Criminal”.

No próximo capítulo, “Análise de dados”, esmiuçaremos nossa investigação sobre o uso de ameaças no contexto das audiências apresentadas nesta seção de procedimentos metodológicos.

4 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados das três audiências selecionadas para este estudo de casos múltiplos. Primeiramente, no item 4.1, a audiência “A ameaça de morte” contém ameaças orientadas para o controle da interação. A audiência “A briga”, analisada em 4.2, mostra ameaças relacionadas à argumentação e as análises da audiência. “A ausência”, presente no item 4.3, demonstra a força argumentativa e, assim como nas demais audiências, o fenômeno das ameaças emerge para que o mandato institucional seja cumprido.

4.1 AUDIÊNCIA “AMEAÇA DE MORTE”

Os participantes que compõem a primeira audiência são Lara, Joana e Juca²². O evento ocorre para averiguar o Boletim de Ocorrência (BO) registrado por Joana, que acusa Juca de ameaçá-la de morte. Todavia, durante a interação, Joana não relata os fatos averiguados pela juíza e cobra dela um posicionamento com relação aos danos materiais causados por Juca. A vítima desvia-se do previsto na agenda tópica do encontro, fixando-se em fatos não relatados no BO, causando conflitos recorrentes na interação entre ela e Lara, como pode ser observado no Excerto 1, a seguir.

Excerto 1

82 83	Lara	[Dona Joan::a, o que que ele falou com a senhora, que a senhora se sentiu ameaçada?
84	Joana	não aceito. Não=
85	Lara	[Deixa eu falar uma coisa com a senhora
86	Joana	= entrou no meu terre:no[entrou no meu terre:no]=
87 88 89	Lara	[tá bom], eu quero saber o que que ele falou com a senhora que a senhora se sentiu ameaçada?
90 91 92	Joana	= nã::o é que eu fiquei olhando no meio da terra, a entrada lá da terra em tempo de dar um() no poste na companhia de luz e colocando o relógio para ele lá ()
93 94	Lara	[anhã(.) mas qual que] que é a ameaça que ele fe:z?
95 96 97	Joana	[ele matou três cabeça de criação minha lavoura tá tudo com ele, tô plantando café tem mais de três anos e não vejo um carço de jeito nenhum()]
98 99 100 101 102	Lara	[anhã. tá] bom, dona Joana, vou perguntar pra senhora ma:is uma vez, que a senhora não me respondeu. Como que ele ameaçou a senhora? ele falou assi:m Joana, [eu vou te mat↓ar ou ele pegou o revólver] e apontou pra você (.)
103	Joana	[e::le tirou ele tirou] um currião pra mim bater:↓

²²Nas audiências preliminares no JECrim, não há obrigatoriedade de as partes serem acompanhadas por advogados. No caso de Joana, seu advogado não participa da audiência, pois chega ao Fórum quando a audiência já havia se encerrado; e Juca não é assessorado por nenhum profissional.

Tendo em vista que na audiência preliminar o conciliador ou o juiz responsável inicia a apuração dos fatos descritos no BO, cabe à Lara investigar quais e como foram as ameaças sofridas por Joana. Por isso, desde o início da audiência, a Juíza busca extrair essas informações da vítima, embora esta não consiga simbolizar exatamente a forma como a ameaça se deu. Lara, então, faz uso de uma pergunta que busca informação sobre ações verbais do autor que fizeram a vítima se sentir ameaçada: “Dona Joan::a, o que que ele falou com a senhora, que a senhora se sentiu ameaçada?” (linhas 82-83). Nas linhas 84 e 86, Joana ignora a pergunta de Lara ao não apresentar a segunda parte do par adjacente Pergunta-Resposta e continua a relatar fatos não relacionados ao tópico discursivo²³ introduzido pela juíza, apesar de na linha 85, a magistrada tentar roubar o turno de fala e continuar determinando o tópico em discussão.

Nos turnos subsequentes, essa sequência conversacional é replicada: as perguntas de Lara (linhas 88-89 e 93-94) continuam não sendo completadas com a segunda parte do par-adjacente P-R. A relevância condicional não é acatada por Joana que opta por contribuições verbais que não atendem à pauta da audiência. Na terceira reformulação²⁴ da pergunta, linhas 98-102, a juíza recebe uma ação responsiva da informação solicitada à vítima: “ele tirou, ele tirou um currião pra [me bater:↓. (linha 103)”

Entretanto, na continuidade da audiência, Joana persiste em apresentar contribuições verbais que não atendem às metas institucionais daquele contexto, como pode ser observado no Excerto 2 seguinte.

Excerto 2

114	Lara	O que que ele fala para senho::↑ra dona Joana?
115	Joana	(mais)
116	Lara	a senhora não falou até agora
117	Joana	nã:o, mas escuta, meNI↑na nós matamos três cabeças de gado ()eu dei a
118		eleuma vaca dado, menina [(a vaca tá lá)]

Sabendo que na interação institucional há uma orientação para o cumprimento do mandato (MAYNARD, 1984), uma meta-fim, e o participante responsável pelo evento é quem determina o padrão da conversa para alcançar o objetivo interacional, todas as contribuições que não culminam para a realização da tarefa, bem como toda apropriação indevida de turno de fala são consideradas inapropriadas para o contexto. No excerto 2, Lara busca informações para determinar o desfecho da

²³De acordo com Brown e Yule (1983), tópico discursivo refere-se “àquilo sobre o que se fala”.

²⁴Para Bilmes (2011, p. 133), a formulação é uma maneira de “identificar, categorizar, descrever e persuadir, isto é, são aspectos retóricos e construtivos da realidade da ação linguística” e a reformulação se coloca como um segundo dizer da formulação.

audiência e as providências a serem tomadas, perguntando, nas linhas 114 e 116, o que o autor disse para a vítima. Esse questionamento determina o tópico discursivo e busca orientar a produção da interagente Joana, que não corrobora para o alcance da meta-fim e responde iniciando uma narrativa que não se apresenta como a segunda parte do par adjacente P-R iniciado pela juíza.

O Excerto 3, a seguir, mostra as ações da juíza para dar andamento à interação e cumprir a meta institucional.

Excerto 3

119	Lara	[ó, seu Juca (.)] o outro
120	Joana	[a vaca tá lá no pastome:u ó]
121	Lara	[ó pode sair ()] >a senhora dá licença fazendo favor<()
122		a senhora não se manifestou, a senhora não me obedeceu,
123		faz favor
124		(.)
125	Joana	[eu dei]
126	Lara	[se continuar] se manifestando, aí eu vou para+r, vou
127		fazer prisão por desobediência, tá?
128		(0.5)
129	Joana	aqui, eu dei um, eu tô só com a aposentadoriazinha e dei
130		o: meu sobrinho lá o pasto pra bater oitocentos real e
131		depois =
132	Lara	está:
133	Joana	edep-
134	Lara	A senhora vai querer continuar por essa nesga dona Joana
135	Joana	não, que::R0 que::ro ()
136	Lara	(Senhor::: Juca agora o senhor pode senta ali)()

A ausência de retorno da completude do par adjacente P-R faz com que a juíza escolha outra estratégia discursiva, direcionando o turno de fala ao autor. É possível observar a continuidade da narrativa de Joana, em fala sobreposta ao turno de Lara, que demonstra impaciência pelas atitudes reiteradas da vítima. Nas linhas 121-124, a juíza apresenta duas ordens, a primeira modalizada pelo verbo epistêmico “poder” e a segunda com o uso do imperativo e da expressão “fazendo favor” que, na variedade mineira, marca impolidez e exacerbação.

Lara demonstra que a vítima não seguiu o sistema de alocação de turnos daquele contexto e não se enquadrou no gerenciamento tópico da agenda institucional. Em sobreposição de fala, linha 125, Joana torna irrelevante as ações conversacionais de Lara, ao dar início a uma nova narrativa não relacionada à pauta da audiência.

Nas linhas 126-127, como tentativa de gerenciar e dar andamento à interação, a juíza ameaça a vítima. Destacamos que essa ameaça emerge entre uma troca de turno de fala da vítima e do autor, dado que além de a vítima não contribuir com o tópico discursivo, ela não permitira que o autor fizesse sua contribuição.

Esse tipo de ameaça é classificado como condicional diretivo-comissiva, pois a ação enunciada na ameaça depende do cumprimento ou não da condição expressa, por parte do ouvinte. Ou seja, é o interlocutor quem determina se a ameaça será concluída ou não, por isso, entendemos que Lara não pretende realizar a ação danosa de prender Joana, pelo fato de a audiência se encontrar no início e Joana ser a vítima do processo, mas com objetivo de fazer com que as normas e procedimentos da instituição sejam seguidos, uma vez que a juíza tem respaldo para efetivar de pronto sua ação: prender a vítima.

Além disso, a ameaça utilizada tem uma estrutura baseada no silogismo formal (Se D, então C)²⁵, em que D corresponde às contribuições verbais inadequadas de Joana e C à conclusão: execução da prisão. Assim sendo, a vítima pode determinar ou não o cumprimento da ameaça, pois, se obedecer à alocação de turnos e à agenda tópica daquele contexto, continuará participando da interação, mas, se continuar oferecendo contribuições desnecessárias, sofrerá prisão por desobediência.

Contudo, Joana torna irrelevante a ameaça da juíza e dá continuidade ao turno iniciado na linha 129. Após uma pausa de 0,5 segundos, chamando atenção para seu discurso com o uso do marcador interacional “aqui”, a vítima inicia uma narrativa breve²⁶ e afirma receber uma aposentadoria cujo valor é despendido em sua terra, tópico discursivo também não relacionado à pauta da audiência.

Lara interrompe a narrativa de Joana e das linhas 132 a 135, juíza e vítima disputam o turno de fala. Joana tenta continuar sua narrativa até que Lara direciona sua fala ao autor, convidando-o a sentar perto dela.

Algumas pistas linguísticas podem ser observadas para justificar o desencontro conversacional da vítima em relação à ameaça estabelecida pela juíza, tais como:

(i) o fato de a ameaça se instaurar por meio de uma construção hipotética, sinalizando possibilidade de algo grave acontecer no futuro, pois as ações verbais, tanto na prótase “[se continuar] se manifestando”, quanto na apódose “aí eu vou para+r, vou fazer prisão por desobediência, tá?”, projetam os interlocutores para um cenário posterior indesejado, ainda que imediato, ao da situação comunicativa corrente, o que é endossado pelo futuro do subjuntivo em “continuar” e pelas perífrases de futuro “vou parar” e “vou fazer”;

²⁵Segundo Toulmin (2006), o silogismo pode ser expresso pelo entimema Se D, então C, em que D corresponde a dados e C à conclusão.

²⁶As narrativas breves são “histórias breves, com tópicos específicos, organizadas em torno de personagens, cenários e um enredo” (RIESSMAN, 2001, p. 697), sendo, normalmente, estruturadas em uma única unidade de espaço e uma única unidade de tempo.

- (ii) o fato de Joana não compreender muito bem as escolhas lexicais da juíza, como o uso do verbo “manifestar”, incomum no cotidiano de sua cultura;
- (iii) a forma como a ameaça foi estruturada não explicita o paciente da ação, ou seja, quem sofrerá a prisão, desse modo, a vítima pode não ter compreendido que seria presa, ou sequer ter entendido que fora ameaçada, já que, mesmo após sofrer a ameaça de prisão, ela continua apresentando outros fatos não relacionados ao tópico conversacional estabelecido para aquele evento.

Percebemos, desse modo, que Joana talvez não consiga compreender as inferências de enquadres e procedimentos peculiares ao contexto institucional. Além disso, podemos observar que a assimetria entre a juíza e a vítima interfere substancialmente no andamento da audiência, já que Joana viola regras de participação ao continuar com os turnos de fala mesmo após a juíza determinar que ela não se manifeste mais. É possível também perceber a existência de uma diferença entre elas com relação às rotinas e aos procedimentos da instituição, visto que uma das partes não possui conhecimento específico e, provavelmente, nem prévio, sobre a situação de fala da qual está participando.

A forma como a vítima se porta com turnos de fala que se distanciam cada vez mais do cumprimento do mandato é recorrente durante toda a audiência e se mantém mesmo após o término da audiência, como pode ser observado no Excerto 4, a seguir, que mostra a fase de abertura da audiência subsequente à realizada com Joana.

Excerto 4

(continua)

439	Lara	Raul Moraes Carvalho e Vitor de Souza Soares. (0.11)
440	Joana	() as vezes dá pra ir junto com a minha. Dessa vez não
441		aconteceu nada, aí depois, depois o::
442	Lara	o doutor vai entrar com o processo, aí vai resolver, tá? tá bom?
443		a senhora pode ir embora agora tá?: ((barulho de cadeira))
444		Raul?
445	Davi	o senhor Vitor de Souza não compareceu
446		((voz de dona Joana no fundo))
447	Lara	o Vitor não compareceu?(ruídos - Voz de Joana ao fundo)tudo bem,
448		senhor Raul? O senhor é o senhor Raul né? O senhor Raul, o senhor
449		tá com um probleminha lá com o Vitor ou vocês já resolveram esse
450		problema?
451	Raul	não, ainda não mas dá pra resolver
452	Lara	dá pra resolver né?()
453	Joana	Tchau
454	Lara	tchau, vai com deus, dona Joana. =
455	Joana	= você é muito boa mesmo
456	Lara	amém. então tá bom. vai com deus também, dona Joana.
457	Joana	olha ele querendo brigar comigo aqui ó

(fim)

458	Lara	não, não vai brigar com a senhora não.
459		pera aí que eu vou ter que ir lá vou ter ir lá resolver.
461	Luis ²⁷	deix- deixa que eu vou lá
462	Lara	vou ter que ir lá dar uma advertência de no::vo senão as pessoas
463		vão sair daqui presas hoje.
464		((barulho de passos de salto))
465		((pessoas conversando))
466	Lara	[olha aqui↓]vou te dar o ÚL↑timo aviso >pra vocês dois<. se vocês
467		ficarem, <eu vou mandar chamar a poLÍ cia> pra prender vocês, ok?
468		tá avisado tá? se ficarem <eu vou mandar chamar a poLÍ:Cia>e vai
469		prender to:do mundo, tá senhor Juca?
470	Joana	(incompreensível)

No início do Excerto 4, observa-se o chamamento das partes (linha 439), os cumprimentos (linhas 447-448) e a apresentação do problema (linhas 449-450), tarefas rotineiras realizadas pelos profissionais da instituição na abertura de audiências preliminares no JECrim. Na linha 453, Joana, que ainda permanecera na sala da audiência conversando com seu advogado que chegara após o encerramento da audiência, toma o turno de Lara e apresenta a primeira parte do par adjacente P-R despedida, que é completado pela juíza imediatamente após, na linha 454: “tchau, vai com deus, dona Joana”.

Demonstrando não reconhecer os enquadres e procedimentos institucionais daquele evento, Joana apresenta outra contribuição verbal na continuidade dessa sequência conversacional interruptiva da audiência em curso. Em fala engatada ao turno de fechamento da juíza, Joana avalia a profissional da instituição na linha 455: “você é muito boa mesmo”. No turno de fala seguinte, linha 456, Lara ratifica o término da audiência: “amém. então tá bom. vai com deus também, dona Joana”. Entretanto, esse novo fechamento não é confirmado por Joana que alega sofrer algum tipo de constrangimento por parte de Juca que permanecera junto à porta da sala: “olha ele querendo brigar comigo aqui ó”.

Na sequência, linha 458, alinhando-se à queixa de Joana, a juíza afirma que não haverá briga. Mas, como Joana, Juca e o advogado permaneciam na porta da sala em acalorada discussão, Lara muda o *footing* de estrutura de produção²⁸, passando da categoria de autora para responsável, e dirige-se aos participantes da audiência, justificando a interrupção da interação, nas linhas 459-463. Ela se levanta e caminha em direção aos participantes que estavam conversando na porta da sala (linha 464-465), afirmando que precisará dar uma advertência novamente “senão as pessoas vão

²⁷Luis é um secretário do Fórum que entrara na sala de audiências para entregar documentos à Juíza.

²⁸Para Goffman (2020, p. 128) “uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes”, posto que as mudanças de *footing* representam outra maneira de falar de uma mudança no evento.

sair daqui presas”. Notamos que esse turno anuncia as ameaças que serão feitas e, por isso, nesse primeiro momento, a ação futura e o interlocutor ainda são indeterminados.

Ao chegar à porta, a juíza profere uma ameaça, pois precisa dar andamento a uma nova interação institucional, encerrando um evento e abrindo outro. O marcador interacional “olha aqui” inicia o turno de fala e, em seguida, a ameaça é feita: “vou te dar o ÚL↑tímo aviso >pra vocês<. se vocês ficarem, <eu vou mandar chamar a poLÍ↑cia> pra prender vocês, ok?” (linhas 466-469). Nesse momento, a juíza determina qual será a ação futura e quem serão os sujeitos que sofrerão essa ação.

Essa ameaça é condicional diretivo-comissiva e estruturada na forma de silogismo formal (Se D, então C), em que D corresponde à permanência dos participantes na sala de audiências e C à conclusão: execução da prisão. Assim sendo, a estada dos participantes, após a finalização da audiência, acarretará prisão, a não ser que eles se retirem.

Ademais, é possível observarmos alguns elementos importantes relacionados às escolhas lexicais da juíza que marcam seu papel de autoridade da instituição. Lara pontua, com o uso do determinante “último” em som mais agudo do que os do entorno, que fará o “ÚL↑tímo aviso” aos participantes para demarcar força ilocucionária. Ao dizer que, se as pessoas ficarem, ela vai mandar chamar a polícia para prendê-los, a juíza faz uso de uma estrutura condicional para sinalizar explicitamente quem faz a ameaça (“eu”), a ação futura (“chamar a polícia”) e quem sofrerá a ação (“vocês”).

Tendo em vista os desencontros conversacionais ocorridos durante a interação, percebemos que a juíza, além de proferir a ameaça, reformula-a de outras duas formas, no mesmo turno. A primeira delas ocorre, em fala engatada, na linha 468, no momento em que Lara diz “tá avisado tá?”, para se certificar de que seus interlocutores a compreenderam. A segunda reformulação, também em forma de silogismo formal, no qual D corresponde à permanência dos participantes e C à conclusão: execução da prisão, acontece das linhas 468 a 469 e apresenta-se também com estrutura condicional diretivo-comissiva.

Ao notarmos que os verbos utilizados pela juíza, inicialmente, estão no futuro do subjuntivo “ficarem” e passam a ser usados junto a perífrases de futuro “vou mandar” e “vai prender”, depreendemos que as construções dentro do silogismo vão gradativamente culminando para a conclusão da ação.

Desse modo, constatamos que as ameaças de Lara possuem estrutura condicional diretivo-comissiva, para induzir os endereçados a cumprirem as regras do contexto institucional, culminando para o cumprimento da meta-fim da interação.

O representante da instituição possui respaldo legal para estruturar ameaças que não dependam da manifestação do ouvinte, tais como: as elementares, do tipo “Vou mandar prender vocês!”, ou, ainda, as condicionais comissivas, “Se eu for chamada atenção, vou mandar prender vocês”. Em ambos os casos, as ações estão sujeitas somente à satisfação da condição expressa, não permitindo que o ouvinte interfira na efetivação ou não da ameaça.

No caso das ameaças produzidas pela juíza nessa audiência não é assim que ocorre: os interlocutores possuem a prerrogativa de invalidar as ações futuras, ao realizar a condição estabelecida pelo ameaçador. Nos excertos analisados, ambas as análises são condicionais diretivo-comissivas, ou seja, se as partes ameaçadas realizarem a condição estabelecida pela juíza, a ação futura não será efetivada. Desse modo, pudemos observar que ambas as ameaças foram utilizadas como estratégia interacional para o cumprimento do mandato e alcance da meta-fim.

Observamos ainda que, nesta audiência, há uma pressão exercida pela linguagem informal sobre a formal, bem como pelos atores nos jogos de poder. Joana é a representante da fala informal e Lara, da formal. Joana luta para impor a ordem do informal na cena institucional, ao que a juíza rebate, a ponto de fazer ameaças. No excerto 4, Joana desestabiliza a juíza, pois justamente na fase de transição entre uma audiência e outra faz ameaças. Em sequência à narrativa breve de Joana “olha ele querendo brigar comigo aqui ó” (linha 357), e no intercurso entre dois depoimentos, a ameaça da juíza é uma reação à imposição de informalidade promovida por Joana.

O discurso jurídico institucional em detrimento da informalidade invasora provoca o acirramento do cumprimento do mandato institucional em forma de ameaça, uma vez que quem participa como sujeito convocado para as audiências não tem o domínio da formalidade e das regras interacionais desse contexto.

4.2 AUDIÊNCIA “A BRIGA”

A Audiência “A briga” possui como participantes: Sônia, conciliadora; Davi e Vitor, estagiários; Roger e Léo, partes em conflito; e Ana, advogada. O evento ocorre para averiguar uma troca de agressões físicas entre quatro homens, mas participam da interação apenas Roger e Léo, pois os outros dois preferiram assinar o termo de desinteresse antes do início da audiência, uma vez que não desejavam continuar com o processo. Léo e Roger apresentam-se à audiência; e enquanto o primeiro dispõe-se a arquivar o caso, o segundo parece querer avançar com o processo para que a outra parte seja responsabilizada.

A conciliadora propõe que Roger considere o arquivamento do caso. Pelo fato de todos os integrantes terem trocado agressões, não havendo desproporção física entre eles, a sanção seria a

mesma para todos: transação penal com o pagamento de cesta básica à determinada instituição carente da cidade e instauração de antecedentes criminais. A advogada, Ana, alinha-se à conciliadora, em prol do arquivamento, como pode ser observado no excerto a seguir.

Excerto 5

106	Sônia	pode↑mos o senhor conco↑rda em arquivar i:sso?[vamosarquivar]=
107	Roger	[tá bom]
108	Sônia	= é a melhor soluça:oi
109	Ana	°eu também acho° (2,0) [você achar o culpa:do]
110	Sônia	[isso é coisa que acontece] num momento de cabeça que::unte tem
111		hora que a gente descontrola me:smo=
112	Roger	()
113	Sônia	= mas passou↓ passou↓(4,0) e outra co:↑isa(1,0) se toca pra
114		frente(1,0) vai ser como se vocês tivessem aceitado(.) vai ser não↓
115		vocês vão ter aceitado a proposta de transação penal↓(2,0) cinco
116		a:anos amarrados>aquicomigo<
117	Léo	não tem nada()
118	Sônia	[nos próximos cinco anos]
119	Ana	[você vai tem que vir assina↑r] (tem que vir) ()

No decorrer dessa audiência, observa-se o investimento de Sônia na argumentação em prol da sustentação de sua posição²⁹ favorável ao arquivamento do caso. O excerto 5 inicia-se com a representante da instituição, na linha 106, apresentando a primeira parte do par-adjacente P-R, a Roger. Na linha 107, o participante completa o par-adjacente P-R ao responder “[tá bom]”, em sobreposição ao início da afirmativa da Sônia “[vamosarquivar]=”. A linha 108 mostra a continuidade do turno de fala da conciliadora que fecha a proposta de arquivamento, iniciada na linha 106, com uma avaliação: “é a melhor soluça:oi”.

Na linha 109, Ana alinha-se à posição de Sônia e tenta iniciar um turno, mas como a conciliadora também se autosseleccionara, a advogada abandona seu turno antes de completá-lo. Essa ocorrência de início simultâneo de falantes que se autosseleccionam evidencia a assimetria entre os participantes nesse contexto, pois, na disputa pelo turno, é a profissional da instituição que ganha o direito de falar, como pode ser observado na sequência argumentativa iniciada na linha 110. Em conversa informal com a professora pesquisadora do Projeto, a conciliadora informou que continuou a defender sua posição, pois, embora Roger tenha concordado verbalmente com o arquivamento (linha 107), não demonstrara estar satisfeito com a decisão.

O poder institucional de Sônia permite que ela restrinja as contribuições aceitas, apropriando-se do turno de fala e conduzindo a interação como acontece no turno subsequente. Primeiramente, nas linhas 113-116, a representante da instituição sustenta

²⁹Remetemos à seção 2.4 em que apresentamos as categorias utilizadas na análise da argumentação: os componentes – posição, disputa e sustentação – e os movimentos argumentativos (VIEIRA, 2003; 2007).

sua posição, comum ao movimento argumentativo de justificação, que tem como fecho a constatação de que o desentendimento ficara no passado: “mas passou↓ passou↓” (linha 113). Após uma pausa de quatro segundos, sua argumentação orienta-se para a construção de uma ameaça (linhas 114-116), anunciada como um novo tópico discursivo: “e outra co:↑isa” (linha 114). Compreendemos aqui que o “e” possui, além de seu significado aditivo, um sentido de adversidade, haja vista que a expressão “e outra coisa” abre espaço para a ameaça, um ponto adversativo, uma promessa indesejável.

Observamos a princípio, no trecho “se toca pra frente(1,0) vai ser como se vocês tivessem aceitado(.)”, que a estrutura condicional está projetada para um cenário futuro, no qual não está explícita a consequência para o interlocutor, pois a aceitação aparece como um fato concreto, determinado pela condicional “se tocar pra frente”.

Em seguida, na linha 115, Sônia faz um reparo em sua fala e a reformula, substituindo o subjuntivo, na primeira formulação, pelo modo indicativo na reformulação, o que indicia uma postura mais assertiva, além de apresentar a consequência da possível aceitação da proposta de transação penal³⁰ após uma pausa de dois segundos, “cinco a:nos amarrados>aqui comigo<” (linhas 115-116).

Na linha 117, a manifestação de Léo é interrompida pela continuação da fala de Sônia em sobreposição à contribuição verbal de Ana. Observamos, desse modo, que a advogada alinha-se, novamente, à posição da conciliadora, contribuindo para o alcance da meta-fim e adesão ao ponto de vista apresentado pela representante da instituição.

No excerto 5, a ameaça da juíza é do tipo condicional diretivo-comissiva, já que se apresenta como uma sustentação por silogismo formal (Se D, então C), em que D corresponde à aceitação da transação penal e C à conclusão: ausência do benefício nos próximos cinco anos. Essa ameaça com função argumentativa está ligada aos procedimentos legais e contribui para que a posição de Sônia a favor do arquivamento do processo seja aceita.

Nos turnos subsequentes, Léo mostra-se alinhado à posição da conciliadora, enquanto o silêncio de Roger parece impulsionar a continuidade da argumentação de Sônia, como pode ser observado no excerto 6.

Excerto 6

(continua)

127	Léo	[>eu tô<] eu to DU:↑ro
128	Sônia	NÃ↑O (.) digamos não [é possível]=
129	Léo	[eu tô DU:↑ro]

³⁰Referimo-nos à seção 3.4 em que trazemos o conceito de transação penal (cf. BRASIL, 1995).

(fim)

130	Sônia	= saber o que vai acontecer contigo nessa vida
131	Léo	seiscentos e vinte dois [()]
132		[o que que <u>vai</u> acontece↑r] você não sabe
133	Sônia	o dia de amanhã↓(.) vai que Deus me livre e guarde você: atropela
134		alguém na ru:a(.)acontece uma outra situação que você se veja
135		<u>no</u> :↑vamente envolvido numa ocorrência policial (1,0)
136	Ana	não tem [benefício não]
137		[<nãotemtran]sa:↑ção comigo nos próximos cinco anos nã:↑o(.) >eu
138		ligo para o promotor, processo-crime, antecede:ntes< (.) agora, a
139	Sônia	partir do momento que eu archive↑i >a ficha de vocês tá limpi↑nha
140		aqui comigo< (.) não quero ver vocês aqui de <u>no</u> ↑vo(.) ma::s
141		(1,0) sabe [que se vie::r]=
142	Léo	[queé igual]
143	Sônia	= é menos uma possibilidade de pagar uma cesta <u>básica</u> . já não vai
144		ser um processo cri↑me(3,0)

Observando certa incerteza na aceitação de Roger, que não se manifesta linguisticamente no Excerto 6, a conciliadora continua a argumentar com os participantes a favor do arquivamento. Nas linhas 128 e 130, em sobreposição às contribuições de Léo, Sônia começa a construir uma narrativa breve hipotética que se estrutura como uma ameaça. A conciliadora monta um cenário futurístico hipotético em que o autor estaria envolvido em um atropelamento ou em determinado acontecimento policial (linhas 132-135). Podemos observar que inicialmente as ações não podem ser controladas nem pelo ameaçador, nem pelo ameaçado, devido à natureza hipotética da narrativa, como já se observou.

Em seguida (linha 137), em fala sobreposta à advogada, Sônia aproveita-se da conclusão expressa por Ana, na linha 136, de que não haverá benefício futuramente se os fatos narrados ocorrerem e o autor não tiver aceitado o arquivamento, para continuar sua narrativa. É nesse momento que o ameaçador passa a possuir o poder de cumprir a ação futura que deixa de ser hipotética e se torna concreta.

Em fala acelerada, a representante institucional explica que a não aceitação do arquivamento e a ocorrência de um imprevisto impossibilitam a transação penal pelos próximos cinco anos, e descreve o que acontecerá se o caso continuar, aumentando gradativamente as consequências, “eu ligo para o promotor, processo-crime, antecede:ntes” (linha 138). Classificamos essa ameaça como elementar. Nesse tipo de ameaça, o agressor profere enunciado como demonstração de poder, comprometendo-se como uma ação futura que prejudicará o interlocutor.

Em oposição ao processamento do caso e estabelecimento de antecedentes, após uma pausa breve, na linha 139, Sônia, fazendo uso do marcador de contraste “agora”, apresenta o arquivamento como forma de os autores manterem sua ficha “limpinha” e, em uma reincidência, poderem usufruir da transação penal. Nas linhas 141a 144, usando novamente o marcador “agora”,

a conciliadora reformula sua ameaça, deixando claro o fato de que não aceitar o arquivamento fará com que o caso seja um processo-crime. A pausa de três segundos, na linha 144, marca a passagem dessa fase de oferecimento do arquivamento para a fase do fechamento no qual, em caso de delito condicionado à representação, o representante da instituição pode oferecer o arquivamento, e o processo é encerrado. O Excerto 7, a seguir, retrata os momentos finais da audiência em questão.

Excerto 7

146	Ana	ainda teria que ve↑r também se tem direito né ao [benefício]
147	Sônia	[é isso que]
148		oDavi foi ver ainda se vocês tem dire:↑ito
149		(26,0)
150		((a conciliadora examina a documentação trazida pelo
151		estagiário))
151		(4,0)
152	Sônia	youê só tem i↓sso((olha para Roger))
153		(3,0)
154	Sônia	youê já tá no terce↓iro crime((olha para Léo))
155		(7,0)
156	Sônia	podemos arquivar?
157	Roger	((concorda com movimento de cabeça))
158	Léo	((concorda com movimento de cabeça))
159	Sônia	°preenche a documentação:↓o vou pegar o termo de
160		desinteresse dos dois
161		(8,0)
162	Sônia	e encerramos hoje né?
163		(2,0)

No início deste excerto (linha 146), Ana observa a necessidade de confirmar se os autores têm direito ao benefício da transação penal. Em sobreposição à completude da fala de Ana, a representante da instituição afirma que pediu ao estagiário para averiguar se ambas as partes tinham direito a esse procedimento legal (linhas 147-148). Ao examinar a documentação (linha 150), a conciliadora elege primeiramente Roger como interlocutor ratificado e lhe diz que aquela era a primeira ocorrência em que estivera envolvido (linha 152). Após uma pausa de três segundos, ela dirige-se a Léo e comunica-lhe que é o seu terceiro crime (linha 154), um enunciado que emerge como uma sustentação por evidência legal e pergunta, após uma pausa de sete segundos, com um questionamento sobre se o caso pode ser arquivado (linha 156).

A linha 154 “youê já tá no terce↓iro crime” apresenta-se como uma ameaça do tipo elementar. Todavia, consideramos como uma condicional inferencial em que é possível recuperarmos uma ameaça do tipo condicional diretivo-comissiva.

Há nesta ameaça a premissa oculta de que só tem direito à transação penal o autor primário, bem como a pressuposição de que outros crimes foram cometidos por Léo. Desse modo, recuperamos: se youê já tá no terce↓iro crime, então youê não tem direito à transação penal.

Logo, ou Léo aceita o arquivamento ou responderá por processo-crime. Assim sendo, é a parte quem determina, aceitando ou não o arquivamento, se responderá ao processo-crime, ou seja, a satisfação da ação futura está sujeita à escolha do ameaçado. Entendemos, portanto, que a função dessa ameaça é argumentativa, pois se apresenta como uma sustentação com respaldo legal para a defesa da posição da representante da instituição.

Na linha 156, Sônia faz um pedido de confirmação sobre o arquivamento do processo, e é nesse momento que Roger e Léo concordam, movimentando a cabeça positivamente (linhas 1567-158), e aceitam preencher os documentos e o termo de desinteresse. A representante da instituição finaliza a audiência no turno da linha 162, por meio novamente de um pedido de confirmação.

Nas ameaças produzidas pela conciliadora nessa audiência, pudemos perceber que, embora sejam diferentes em sua forma, pois a primeira delas estrutura-se como um silogismo formal, a segunda como uma narrativa breve hipotética e a terceira como uma condicional inferencial, a função que as rege é a mesma: argumentativa. Isso porque todas contribuem para sustentar a posição favorável de Sônia ao arquivamento do processo.

As ameaças instanciam-se, portanto, como argumentos de sustentação da posição da representante institucional. Acrescenta-se que todas as produções culminam em uma ameaça condicional diretivo-comissiva, em que, se a parte ameaçada realizar a condição estabelecida, a ação futura não será efetivada. Assim sendo, concluímos que elas foram empregadas como última instância na interação, em busca do cumprimento do mandato e alcance da meta-fim.

4.3 AUDIÊNCIA “A AUSÊNCIA”

A audiência preliminar “A ausência” tem como participantes: Lara (juíza), Paulo (autor), Pedro (advogado do autor) e Raul (estagiário). Paulo havia acordado, em uma primeira audiência, o pagamento de três parcelas, no valor de cem reais cada, a um abrigo da cidade, e o comparecimento mensal ao fórum para apresentação do comprovante do pagamento. Essa audiência ocorre para averiguar a ausência do pagamento da segunda e terceira parcelas devidas, bem como o motivo do não comparecimento do autor ao tribunal para apresentação do comprovante.

No início do evento, ao ser questionado sobre a inadimplência, o autor justifica não ter efetuado o pagamento das demais parcelas devido ao fato de estar desempregado. Por isso, Lara estipula, junto a Paulo, uma data para o pagamento e reforça a necessidade de apresentação do comprovante, conforme excerto 8, a seguir.

Excerto 8

56	Lara	então você traz pra gente (.) o comprovante tá. sem o
57		comprovante (.) nada feito
58	Paulo	(entendi)
59	Lara	tá bom?
60	Paulo	() quinta feira até:::
61	Lara	((conversa paralela com o estagiário))
62	Paulo	()
63		() (2,0) () (5,0) ()
64		() desempregado (6,0) por vários meses (4,0) ()
65		() e dificuldade financeira (10,0) (ponto) e informou que
66		atualmente está trabalhando (9,0) e tem condições (3,0) de arcar
67		(2,0) com o restante (3,0) da quantia (.) fixada em trez-(
68		() (8,0) °condições de arcar com o restante° até o dia-
69	Lara	não qual seja qual seja (processado) (6,0) até o dia doze do seis
70		de dois mil e doze. (3,0) se o comprovante não chegar até no
71		dia o processo vai correr contra o senhor, tá? eu vou receber a
72		denúncia e aí acabou essa questão do processo. o procedimento
73		vai correr e você vai responder na instância criminal tá? essa
74		questão do processo acabou. tudo bem? é uma, chance, apenas
75		(.) <eu não dou mais chance>. tá certo?↑
76	Paulo	°sim°
77		(4,0)

Nas linhas 56-57, a juíza enfatiza para o autor a importância da apresentação do comprovante, após o pagamento, e afirma que, se não apresentado, o acordo estará desfeito. Paulo, na linha 58, afirma entender e Lara, na linha 59, apresenta a primeira parte do par-adjacente P-R, perguntando se ele concorda com os termos do acordo.

Paulo, na linha 60, confirma a data limite para apresentação do comprovante como sendo até quinta-feira e, embora não tenhamos conseguido recuperar na transcrição a segunda parte do par adjacente iniciado por Lara, pressupomos que a resposta tenha sido afirmativa, pois na linha 61, Lara inicia uma conversa paralela com o estagiário e, em seguida, a partir da linha 63, começa a ditar as informações para serem incluídas na ata da audiência, momento de finalização do evento.

Das linhas 63-70, a juíza dita ao estagiário quais os termos definidos na audiência, bem como qual o acordo reestabelecido com o autor. Na ata, ela informa que Paulo declarou estar desempregado e com dificuldades financeiras e, por esse motivo, não realizou o pagamento das parcelas em aberto, mas que o efetuará até a data limite combinada, a fim de evitar processo. Observa-se, nesse segmento, que a fala de Lara é entrecortada por lapsos de tempo que se orientam para a tarefa de retextualizar na ata o acordo realizado na audiência. A rotinização do evento, entretanto, é interrompida na linha 70, quando Lara muda o *footing*, elegendo como interlocutor endereçado o autor e o ameaça: “se o comprovante não chegar até no dia o processo vai correr contra o senhor, tá?”. Essa é uma ameaça do tipo condicional direito-comissiva, uma vez que a realização da ação futura “o processo vai correr contra o senhor” depende diretamente de o comprovante do pagamento ser apresentado pelo autor na data estipulada.

Além disso, a ameaça é estruturada linguisticamente em silogismo formal, no qual D corresponde a não apresentação do comprovante na data e C, à conclusão, o andamento do processo contra Paulo. Esse turno de fala tem como propósito o cumprimento do mandato institucional, dada a necessidade de o autor executar as ações, conforme orientação, para que o processo não seja encaminhado à audiência de instrução e julgamento, segunda fase do JECrim, onde o autor se torna réu.

Observa-se também o uso de “tá?”, marcador interacional que fecha a ameaça, separando-a de suas reformulações, linhas 71-74, ratificando para o autor que, na ausência de pagamento e comprovante, ela receberá a denúncia e o processo criminal será instaurado. A ameaça é reformulada quatro vezes. Na primeira, a agentividade de Lara é expressa na ação de ameaçar (“eu vou receber a denúncia e aí acabou essa questão do processo.”, l. 71-71), pois ela afirma que irá aceitar a denúncia e a consequência será o encaminhamento para audiência de instrução e julgamento. Nas duas seguintes reformulações, a agentividade é deslocada para o sistema judiciário (“o procedimento vai correr e você vai responder na instância criminal tá? essa questão do processo acabou. tudo bem?”) e, no fecho da sequência, Lara volta a assumir seu papel de autor e responsável pela ação (“é uma, chance, apenas (.) <eu não dou mais chance>. tá certo?↑”). Embora tenha feito uso de marcadores interacionais entre as reformulações da ameaça, configurando-se tais momentos como lugares relevantes para a troca de turnos, Paulo permanece em silêncio durante toda a fala da juíza e apenas se manifesta verbalmente após a produção de “tá certo?” (linha 75), a que ele responde afirmativamente, sucedendo-se um silêncio de quatro segundos, conforme linha 77.

Em seguida, após conversa paralela entre a juíza e funcionário que entrara na sala, Lara retoma sua fala rotinizada e dita ao estagiário os termos acordados na audiência. Sabemos que o momento em que a representante legal dita os termos constantes na ata é um dos últimos momentos da audiência, pois, após a assinatura desse documento, as partes são liberadas. No caso em tela, embora a interação esteja sendo orientada para o término, a interrupção da tarefa da magistrada para realizar um questionamento ao autor sobre o motivo de seu não comparecimento ao fórum para apresentar os comprovantes de pagamento, faz com que o evento seja alongado, como podemos observar no excerto seguinte.

Excerto 9

(continua)

96	Lara	você deixou de comparecer?
97	Paulo	Deixei
98	Lara	por quê?

(fim)

99 100	Paulo	porque eu não tava com tanta (vonta:de) [(>tava trabalhando fora<)]
101 102	Lara	[uai::] mas o senhor acabou de falar comigo que tava desemprega:do =

Ao completar a segunda parte do par adjacente pergunta-resposta, iniciado na linha 98, Paulo afirma que não comparecera por estar trabalhando fora da cidade. A contradição do autor, que antes havia justificado o não pagamento das prestações por estar desempregado e agora afirma que não compareceu ao fórum por estar trabalhando, faz com que a juíza inicie uma argumentação, defendendo quais serão as consequências caso ele descumpra novamente o acordo, conforme exposto no Excerto 10.

Excerto 10

144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154	Lara	pra mim não cumpriu a condição não faz diferença nenhuma prossigo com o processo pro senhor (.) a diferença vai ser pro senhor porque () dá cadeia (.) a justiça já te oportunizou a não responder o processo (.) aí o senhor simplesmente deixa de des- descumpre as cláusulas (to:das as cláusulas) não justifica. eu não vou (servir) de babá pra ficar to:do mês mandan:do o senhor vim aqui pra justificar (e perguntar)pro senhor porque o senhor (>não tá cumprindo< o senhor não tá cumprindo suas obrigações) o senhor sabe das suas obrigações (.) o senhor sa:be que- do risco que o senhor tá correndo (.) né. aí cabe ao senhor (.) () (5,0)
155 156	Paulo	não é só- não é só pagar não (eu) tenho que comparecer também [()]
157	Lara	[tem:: uai::]
158	Paulo	[()]
159 160 161 162 163 164 165 166	Lara	[é- tem vários-]tem vários (itens aqui:)não é só- o senhor não pode- o senhor não pode arriscar porque (sua transação tá erra:da) (.) o senhor poderia () (.) ((barulhos))não foi pra transação (.) porque o(serviço) que o senhor (.) supos:tamente praticou ele não é () e aí o que que vai acontecer () (vai começar) a responder o processo e >se ao final o senhor não provar a sua inocência vai pegar cadeia< (.) <o senhor vai querer correr esse ris:co> (.)
167	Paulo	°não°

Lara inicia seu turno afirmando que, se o autor não cumprir dessa vez com os termos definidos no acordo, será dado andamento ao processo (linhas 144-145) e explica que a continuidade fará com que consequências sejam atribuídas: “dá cadeia” (linha 146). Ela reforça que a justiça oportunizou Paulo a não responder em processo, preservando sua ficha, e afirma que as incoerências apresentadas não justificam a ausência do pagamento e da apresentação do comprovante (linha 146-148). Até esse momento, a juíza fala em nome de uma instituição, apresentando-se como responsável. Não obstante, a posteriori, ao final da linha 148, ela faz uma mudança de *footing*, e assume também seu papel de autora do discurso, afirmando que não cobrará

mensalmente um posicionamento do autor com relação ao cumprimento de seu acordo, reforçando que ele sabe quais são “os riscos” passíveis ao transgredir a lei (linhas 152-154).

Nas linhas 155-156, Paulo confirma com a juíza que, além de efetuar o pagamento, ele precisa comparecer ao fórum. Na linha 158, em fala sobreposta, Lara responde veementemente que ele precisa sim comparecer: “tem:: uai::”. A juíza confirma, a partir da linha 159, que Paulo precisa cumprir com os termos estabelecidos e enfatiza que o motivo pelo qual está respondendo interfere diretamente no trâmite judicial, uma vez que a transação penal não foi oferecida a ele na primeira audiência.

Na linha 165, Lara inicia uma nova ameaça ao dizer de forma acelerada que “se ao final o senhor não provar a sua inocência vai pegar cadeia”. Essa ameaça é do tipo condicional diretivo-comissiva dado que ir para a cadeia está atrelado à comprovação da inocência de Paulo. Ademais, a ameaça é estruturada na forma de silogismo, em que D corresponde a não provação da inocência e C, à conclusão, ir preso. Em seguida, na linha 166, a juíza apresenta a primeira parte do par-adjacente P-R ao perguntar se Paulo quer correr o risco de ser preso. Na linha 167, ele responde com a segunda parte do par-adjacente P-R ao afirmar em tom mais baixo: “não”.

Entendemos que o turno de fala da ameaça tem propósito argumentativo, uma vez que Lara deseja convencer Paulo a não descumprir novamente o acordo estabelecido, em virtude de sua justificativa inicial não ser verdadeira e, para evitar que ele responda ao processo criminal, prezando pelas premissas da economia processual e celeridade que regem o JECrim.

No excerto 11 a seguir, continuação do anterior, Lara ainda argumenta com Paulo em prol do cumprimento do acordo estabelecido na audiência de justificação.

Excerto 11

(continua)

168		isso depende da vontade da pessoa porque tem gente que quer ir pra
169		cadeia (.) né: isso depende da vontade da pessoa a gente tá aqui pra
170		alertar (.) (°agora°) vou deixar cla::ro pro senhor isso (.) eu <u>não</u> ::
171		estou aqui pra fazer papel de palhaça. eu <u>não</u> :: fico chaman:do autor
172		todo mês pra vim pra audiência (de justificação) (.) eu faço (
173) >porque que você não fez.< porque a obrigação de vocês é
174		fiquei desempregado tô sem condições vem aqui e coloca ()
175	Lara	estou desempregado (.) e <u>não</u> com condições de pagar a- a prestação (
176) desse mês. a obrigação de vocês é isso não é esperar a gente ficar
177		chamando vocês não (>porque vocês não são crian:ça<)
178		(.)
179		aí to:do mês vou ter que ficar chamando >°o senhor°< o senhor lembrou
180		de vim? a:í (.) não faço isso com meu filho de cinco anos(3,0) né?
181		(complicado)
182		então o senhor fica atento(com suas condições) tá↑?
183	Paulo	°uhum°
184	Lara	essa é a primeira e <u>única</u> audiência de justificação (que vai existir)
185		
186		((trecho inaudível)) (15,0)

(fim)

187	Lara	depois o senhor dá uma conferida, tá doutor no cartão dele aí
188	Pedro	não: não tá com o cartão aqui não (.) () eu expliquei
189		pra ele ()
190	Lara	dá uma conferida no cartão dele e depois questiona aqui no
191		banco (tem que pagar isso aí) (.) porque em agosto o senhor vai ter
192		uma surpresa desagradável
193		(16,0)

Mesmo após o autor responder que não iria correr o risco de prisão (linha 167, excerto 10), Lara continua argumentando sobre a essencialidade de cumprir o acordado. Nas linhas 168-169, ela começa dizendo que existem pessoas que, mesmo com oportunidades, desejam ir para a cadeia e que esse desejo independe da vontade dela, dado que seu papel é “alertar” os sujeitos que estão respondendo ao processo. Na linha 170, apropriando-se do marcador com função contrastiva “agora”, Lara para de falar em nome da instituição e passa marcar seu discurso como autora, utilizando o pronome pessoal na primeira pessoa do singular “eu”, das linhas 171-174, ao dizer: “eu não:: estou aqui pra fazer papel de palhaça.eu não:: fico chaman:do autor todo mês pra vim pra audiência (de justificação) (.) eu faço () >porque que você não fez”.

Nas linhas 174-181, a juíza ao mudar novamente seu *footing* para responsável, continua construindo sua argumentação, por meio de uma justificação, ao mencionar que cabe ao autor explicar-se no fórum, em caso de descumprimento do acordo firmado na audiência e finaliza seu turno, ao fazer um movimento de justificação por comparação das atitudes dela com seu filho e dela para com o autor, após uma pausa de três segundos e uso do marcador de apoio “né?”. Em seguida, observamos que a juíza avalia a situação ao dizer “complicado” e, na linha 182, iniciada pelo marcador finalizador “então”, Lara adverte Paulo e ratifica a necessidade de ele ficar atento às condições estabelecidas. Ela, ainda, apresenta a primeira parte do par adjacente P-R “tá?” que tem como resposta “uhum” (linha 183), na segunda parte, por Paulo.

Embora tenha respondido em concordância com a juíza, talvez novamente o baixo tom de voz utilizado pelo autor fez com quem Lara utilizasse seu último recurso linguístico, nas linhas 184-185, a ameaça: “essa é a primeira e única audiência de justificação (que vai existir)”. Caracterizamos essa ameaça como elementar, uma vez que o orador faz uma declaração como manifestação de poder, comprometendo-se com o ato futuro de não realizar novas audiências de justificação, cuja função está intrinsecamente atrelada ao controle da interação e ao cumprimento do mandato institucional. Essa é uma ameaça implícita, em formato representativo, que requer uma inferência do interlocutor, uma vez que se essa é a primeira e única audiência de justificação (que vai existir), então, na próxima vez, o autor não poderá se justificar e, por

isso, responderá ao processo. É importante observarmos, também, as pistas de contextualização que restringem e enfatizam a realização do evento pela “primeira” e “única” vez, bem como a escolha lexical do verbo “existir”.

Na linha 186, temos quinze segundos de conversa inaudível e, em seguida, a juíza orienta a Pedro (linha 187) que confira o cartão do autor. O advogado afirma que explicou ao autor, nas linhas 188-189, e que ele não está com o cartão naquele momento. Em seguida, nas linhas 190-192, Lara ordena que o advogado confira o cartão e questione o banco, dada a obrigatoriedade do autor em efetuar o pagamento. E encerra o turno de fala com uma ameaça elementar “porque em agosto o senhor vai ter uma surpresa desagradável”, cuja forma está estruturada na explicação da consequência de não haver conferência do cartão do autor junto ao banco. A função desse recurso é dar andamento ao processo, e, em vista disso, cumprir o mandato institucional proposto pela pauta da audiência.

Embora as ameaças identificadas nesta audiência estejam diferenciadas em suas categorizações e formas, haja vista que as duas primeiras são condicionais diretivo-comissivas estruturadas em silogismo formal e as duas finais são elementares, uma em formato representativo e outra em formato explicativo, suas funções e efeitos discursivos culminam para um mesmo ponto. Em todas as ameaças pudemos identificar que a juíza apropriou-se desse recurso linguístico para argumentar com o autor a fim de convencê-lo a cumprir o acordo estabelecido na audiência de justificação em questão, alcançando assim a meta-fim do evento interacional investigado: o cumprimento do mandato institucional.

4.4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Este trabalho analisou três audiências criminais no JECrim, sendo duas preliminares e uma de justificação. O ponto comum entre elas está na ocorrência do fenômeno da ameaça, analisado sob três perspectivas: o tipo (cf. SALGUEIRO, 2010), a forma e a função desse recurso no evento institucional em questão.

O quadro 4, a seguir, apresenta um compilado correlacionando as perspectivas das audiências analisadas, bem como dos excertos em que as ameaças emergiram.

Quadro 4 – Compilado das análises

Audiência	Excerto	Tipo	Forma linguístico-discursiva	Função
Ameaça de Morte	3	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Silogismo formal	Controle da interação
	4	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Silogismo formal	Controle da interação
A briga	5	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Silogismo formal	Argumentativa
	6	Ameaça elementar	Narrativa breve hipotética	Argumentativa
	7	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Condicional inferencial	Argumentativa
A Ausência	8	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Silogismo formal	Argumentativa
	10	Ameaça condicional diretivo-comissiva	Silogismo formal	Argumentativa
	11	Ameaça elementar	Representativo	Argumentativa
	11	Ameaça elementar	Explicativa	Argumentativa

Fonte: Elaborado por Mesquita e Vieira.

De acordo com o quadro 4, podemos observar a ocorrência de onze ameaças nos dados investigados, com diferentes classificações. Na primeira audiência, “A Ameaça de Morte”, cujo objetivo era averiguar um relato de ameaça de morte, em que os principais participantes eram Juca (autor), Joana (vítima) e Lara (juíza), temos um delito condicionado à representação, com oferecimento da transação penal, na qual as duas ameaças emergentes são do tipo condicional diretivo-comissivas, em formato de silogismo formal. A análise dos dados nos permitiu identificar que todas as ameaças foram instanciadas por parte da juíza (ameaçador) com a vítima (ameaçado), com objetivo de controlar a interação, uma vez que Joana não fazia contribuições relevantes no contexto institucional em questão, e a juíza precisava alcançar a meta-fim estabelecida para o evento.

Na segunda audiência “A briga”, também temos um delito condicionado à representação, com oferecimento de arquivamento, com a finalidade de averiguar uma agressão física entre quatro homens, tendo como participantes Roger e Léo (partes em conflito) e Sônia (conciliadora). Nesse contexto surgem três ameaças, sendo duas do tipo condicionais diretivo-comissivas e uma do tipo elementar, cujas formas são variadas: a primeira é estruturada em silogismo formal; a segunda em narrativa breve hipotética e a terceira em uma condicional inferencial. Todas as ameaças emergem da ameaçadora Sônia e são orientadas para o ameaçado Léo, e são utilizadas como recurso argumentativo da conciliadora para convencer a parte a aceitar o arquivamento do processo, por

isso, nossa análise identificou que a função das ameaças nessa audiência é argumentativa, com o objetivo de defender o cumprimento do mandato institucional: arquivar o processo³¹.

Percebemos que há diferenças entre as ameaças apresentadas nas audiências “Ameaça de morte” e a “A briga”. Na primeira audiência, as ameaças emergem quando os participantes infringem o sistema de troca de turnos vigente nesse tipo de evento (o profissional da instituição gerencia a alocação dos turnos e tem controle sobre os tópicos a serem abordados). Assim, as ameaças emergentes na audiência “Ameaça de morte” constituem uma estratégia interacional usada por Lara para encaminhar a interação de forma adequada àquele contexto, marcando seu poder institucional e interacional e deixando evidente a assimetria que há entre profissionais e clientes da instituição.

Já as ameaças emergentes na segunda audiência, “A briga”, estão relacionadas diretamente ao cumprimento do mandato institucional, pois se orientam para cumprir a agenda específica da audiência: o arquivamento do processo.

Por fim, na audiência de justificação intitulada “A ausência”, os principais participantes são Lara (juíza) e Paulo (autor). Esse evento acontece para que o autor justifique o descumprimento de seu acordo, determinado em uma primeira audiência preliminar. Dentre as quatro ameaças presentes, duas são condicionais diretivo-comissivas e duas elementares, as primeiras estão estruturadas em silogismo formal, a terceira em formato representativo e a quarta possui estrutura explicativa. As ameaças são todas da juíza (ameaçadora) para o autor (ameaçado) e foram empregadas como estratégia argumentativa para convencer Paulo a não descumprir novamente o arquivo. Esse convencimento, construído, paulatina e autoritariamente, está orientado para o cumprimento do mandato institucional. A emergência das ameaças está relacionada à compreensão do autor do delito sobre os procedimentos da transação penal, já que o não cumprimento do acordo judicial inviabilizaria a efetivação do mandato institucional da audiência.

Assim sendo, notamos que embora o tipo (SALGUEIRO, 2010) e a forma possam ser divergentes, dentro de uma mesma audiência, a função das ameaças se mantém: os representantes da instituição se valem de ameaças para alcançar a meta-fim do evento. A função discursiva das ameaças, portanto, é o ponto que centraliza todos os múltiplos casos analisados: mesmo sendo utilizada com diferentes objetivos interacionais, por diferentes ameaçadores, direcionadas a diferentes ameaçados, todas as ameaças contribuem para o cumprimento do mandato institucional (MAYNARD, 1984).

³¹Em entrevista concedida à coordenadora do projeto “O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de Audiências Preliminares do Juizado Especial Criminal”, a conciliadora afirmou que a meta fim perseguida por ela em todas as audiências em que atua é “encerrar o processo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou três audiências criminais no Juizado Especial Criminal de duas cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, sendo duas delas preliminares e uma de justificação. Assumimos como base teórica preceitos da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ, 1982, 1999; GOFFMAN, 1974, 2020) e da Análise da Conversa Etnometodológica (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 1974; HERITAGE; ATKINSON, 1984), mais especificamente chamando atenção para a categoria ameaça (SALGUEIRO, 2010).

Retomamos aqui as perguntas específicas de pesquisa, formuladas na introdução desta dissertação, no intuito de respondê-las.

- (i) Considerando as postulações de Salgueiro (2010), quais tipos de ameaças emergem na fala dos representantes da instituição?

De acordo com a terminologia adotada por Salgueiro (2010), identificamos que as ameaças encontradas no *corpus* analisado classificam-se como condicional diretivo-comissiva e elementar. No caso da primeira classificação, a conclusão da ameaça depende da ação do ameaçado. Esse tipo de ameaça emerge nas três audiências analisadas. Na audiência “Ameaça de Morte” as prisões dos participantes dependem da continuidade de suas manifestações. Na audiência “A briga” o direito ao benefício da transação penal está diretamente atrelado à aceitação dos autores do delito. Por fim, na Audiência “A ausência”, a manutenção da transação penal e arquivamento do caso correlacionam-se com a apresentação da comprovação do pagamento, por parte do autor. Assim sendo, todos esses tipos de ameaças estão sujeitos a serem concluídos ou não, a depender da ação realizada pelo ameaçado.

No caso da ameaça elementar, a conclusão da ameaça independe da vontade do ameaçado, posto que a ação acontecerá inerente a sua vontade. Na audiência “A briga”, por exemplo, o ameaçador diz como será instaurado o processo crime para o ameaçado. Na audiência “A ausência”, as ameaças elementares estão vinculadas à demonstração de poder do ameaçador. Em nenhum dos casos as ações futuras do ameaçado são capazes de evitar a ameaça enunciada pelo ameaçador.

- (ii) Como as ameaças são estruturadas no discurso desses profissionais?

Na análise das três audiências, identificamos que os profissionais utilizaram como forma linguístico-discursiva na construção das ameaças: o silogismo formal, a narrativa breve hipotética, a condicional inferencial, o representativo e a explicação.

A estrutura silogística emergiu nas três audiências analisadas. Na primeira, “Ameaça de Morte” as ameaças estão estruturadas nessa forma, em que a condição inicial pré-determina a conclusão da ação. O mesmo acontece nas audiências “A briga” e “A ausência”, em que as condições previamente estabelecidas, pelo ameaçador, determinam as consequências que podem ser instauradas para o ameaçado.

A narrativa breve hipotética e a condicional inferencial são formas presentes na audiência “A briga”, em que o ameaçador monta um plano futurístico ficcional para instaurar uma ação danosa sofrida pelo ameaçado. A forma condicional pode ser retomada por inferência contextual em que a ação projetada também será danosa ao ameaçado.

As formas representativa e explicativa surgem na audiência “A ausência”, construídas discursivamente para pontuar e explicar aspectos relativos ao evento em questão.

(iii) Qual a função das ameaças nesse contexto institucional?

Ao investigar a função das ameaças em audiências no JECrim, identificamos sua utilização como recurso para cumprimento do mandato institucional (MAYNARD, 1984) nos três encontros selecionados para análise.

Na Audiência “Ameaça de morte”, as ameaças atuam no controle da interação e no andamento da audiência, em função de dar continuidade às tarefas previstas para aquele tipo de atividade. Como as contribuições da vítima eram vistas como inapropriadas àquele contexto e desnecessárias para o cumprimento do mandato institucional, a juíza usa o recurso da ameaça, marcando também a assimetria entre os participantes. A estratégia é bem sucedida, pois a profissional consegue realizar a transação penal com o autor do delito. Na última ameaça dessa audiência, produzida pela juíza após o término do encontro e quando já iniciara nova audiência, também alcança o objetivo: os participantes da conversa paralela se retiram do local e a profissional pode dar prosseguimento ao encontro em curso.

Na audiência “A briga”, as ameaças emergem na argumentação da conciliadora para convencer um dos autores do delito a aceitar o arquivamento do caso, meta maior daquele encontro institucional. Como ele não demonstra aceitar a oferta explicitamente, a representante da instituição constrói uma argumentação da qual emergem ameaças que buscam convencer a parte a concordar

com a extinção do processo. O recurso argumentativo surte o efeito esperado, já que o autor aceita arquivar o caso.

Também na audiência “A ausência”, a emergência das ameaças se dá imbricada na argumentação da representante da instituição, mas, nesse caso, a juíza argumenta a fim de convencer o autor do delito a cumprir o acordo da transação penal. Como a fala do autor se mostrara contraditória em relação à justificativa para o não cumprimento do acordo realizado na audiência preliminar, a profissional da instituição faz uso de ameaças como estratégia argumentativa para levar o autor a realizar as ações acordadas na transação penal. As ações da juíza, portanto, orientam-se para o cumprimento do mandato institucional de impedir que o caso fosse encaminhado para a instância criminal, contribuindo assim para a economia processual.

Nas audiências preliminares no Juizado Especial Criminal, juízes, conciliadores e agentes legais, com metas específicas a serem executadas, buscam resolver o processo, por meio da conciliação entre as partes ou pela aceitação do autor quanto ao benefício da transação penal, que culminam no arquivamento do caso. Sendo assim, a maior parte do trabalho desses representantes da instituição é interacional e discursivamente elaborada. Desse modo, uma análise linguístico-discursiva pode contribuir para a atuação desses profissionais, na medida em que é no discurso que as ações são tornadas relevantes. Este estudo, portanto, entrelaça-se à área do Direito, estabelecendo um diálogo entre a pesquisa realizada na academia e o ambiente jurídico.

Além do mais, as análises do uso das ameaças em audiências de conciliação no JECrim colaboram para os estudos em sociolinguística interacional no contexto institucional, haja vista que correlacionam interessantes esclarecimentos empíricos à teoria, além de possibilitar uma aplicabilidade da discussão em outros campos profissionais relacionados.

Todavia, destacamos que os resultados de nosso trabalho podem ser validados somente no contexto das três audiências investigadas. Desse modo, são necessárias pesquisas que os confirmem em outros encontros do gênero. Além disso, como nossos dados foram gerados há dez anos e em cidades do interior de Minas Gerais, acreditamos que realizar gravações de encontros atuais e em municípios maiores seria uma ótima oportunidade de estudos comparativos e ampliar ainda mais nossa compreensão sobre a fala-em-interação no contexto de audiências no JECrim.

REFERÊNCIAS

- BILMES, J. Occasioned semantics: a systematic approach to meaning in talk. **Human Studies**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 129-153, 2011.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1995.
- BROWN, G.; YULE, G. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- DEL CORONA, M. Fala-em-interação cotidiana e fala-em-interação institucional: uma análise de Audiências Criminais. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 13-44.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DREW, P.; HERITAGE, J. Analyzing talk at work: an introduction. In: DREW, P.; HERITAGE, J. **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 3-65.
- ERICKSON, F.; SHULTZ, J. **The counselor as gatekeeper: social interaction in interviews**. New York: Academic Press, 1982.
- GALES, T. Threatening Stances: A corpus analysis of realized vs. non-realized threats. **Language and Law**, [s.l.], v. 2, p. 1-15, 2015.
- GARCEZ, P. D. M. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.
- GILLE, J. **Pautas argumentativas en el diálogo espontáneo**. Un estudio de conversaciones intra e interculturales. 2001. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Stockholm University. [S.l.], 2001.
- GOFFMAN E. **Frame Analysis**. New York: Arper & Row, 1974.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2020. p. 107-148.
- GRANT, C. K. Promises. **Mind**, [s.l.], v. LVIII, n. 231, p. 359–366, 1949.
- GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. [S.l.]: Cambridge University Press, v. 1, 1982a.
- GUMPERZ, J. J. **Language and social identity**. [S.l.]: Cambridge University Press, v. 2, 1982b.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998.

GUMPERZ, J. J. On interactional sociolinguistic method. In: SARANGI, S.; ROBERTS, C. **Talk, work and institutional order: discourse in medical, mediation and management settings**. New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 453-471.

HERITAGE, J.; ATKINSON, J. M. (Eds.). **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. **Conversational analysis**. Cambridge: Polity, 1998.

LADEIRA, W. T. Teoria e Métodos de Pesquisa Qualitativa em Sociolinguística Interacional. **Revista de C. Humanas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 43-56, jan. jun. 2007.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

MACHADO, A. C. **Fala-em-interação institucional: fases de audiências preliminares no juizado especial criminal**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

MAYNARD, D. W. **Inside Plea Bargaining: the Language of Negotiation**. New York: Plenum, 1984.

PEREIRA, M. G. D. Introdução. **Palavra**, v. 8, volume temático: Interação e discurso: estudos na perspectiva da sociolinguística interacional/áreas de interface. Rio de Janeiro: Trarepa, 2002. p. 7-17.

RIESSMAN, C. K. Analysis of personal narratives. In: GUBRIUM, F. J.; HOLSTEIN, J. A. (.). **The handbook of interview research**. Oaks: SAGE, 2001. p. 695-710.

SACKS, H. Notes on methodology. In: HERITAGE, J.; ATKINSON, M. **Structures of social action: studies in conversational analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SACKS, H. **Lectures on Conversation**. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. In: SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. **Language**. [S.l.]: [s.n.], 1974. p. 696-735.

SALGUEIRO, A. B. Promises, threats, and the foundations of Speech Act Theory. **Pragmatics**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 213-228, 2010.

SANTOS, R. T. D. **O uso de ameaças como estratégia argumentativa em audiências do Procon**. 2018. 138 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

SCHEGLOFF, E. A. Sequencing in conversational openings. **American Anthropologist.**, [s.l.], v. 70, p. 1075-1095, 1968.

SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCHIFFRIN, D. Interactional sociolinguistics. In: SCHIFFRIN, D. **Approaches to discourse**. Blackwell: Cambridge, 1994. p. 97-136.

TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VIEIRA, A. T. **Movimentos argumentativos em uma entrevista televisiva: uma abordagem discursivo-interacional**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

VIEIRA, A. T. **A dimensão avaliativa da argumentação na fala opinativa de profissionais de uma empresa em processo de mudança**. 2007. 168f. Tese (Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. K. O que é pesquisa qualitativa – e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa? In: YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa: do início do fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 3-21.

ANEXO A - O modelo Jefferson de transcrição

.	(ponto final)	entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente
,	(vírgula)	entonação intermediária
:	(dois pontos)	prolongamento do som
↑	(flecha para cima)	som mais agudo do que os do entorno
↓	(flecha para baixo)	som mais grave do que os do entorno
-	(hífen)	corte abrupto na produção vocal
Fala	(sublinha)	ênfase em som
FAla	(maiúscula)	som em volume mais alto do que os do entorno
°fala°	(sinais de graus)	som em volume mais baixo do que os do entorno
>fala<	(sinais de maior do que e menor do que)	fala acelerada
<fala>	(sinais de menor do que e maior do que)	fala desacelerada
[]	(colchetes)	fala sobreposta (mais de um interlocutor falando ao mesmo tempo)
.hh	(série de h precedida de ponto)	inspiração audível
hhh	(série de h)	expiração ou riso
(2,4)	(números entre parênteses)	medida de silêncio (em segundos e décimos de segundos)
(.)	(ponto entre parênteses)	silêncio de menos de 2 décimos de segundo
=	(sinais de igual)	elocuições contíguas
()	(parênteses vazios)	segmento de fala que não pôde ser transcrito
(fala)	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((risos))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não audíveis ou gestos.
°	(sinal de grau)	fala mais baixa imediatamente após o sinal

Fonte: Sacks; Schegloff; Jefferson (1974).

ANEXO B - Transcrição da audiência “Ameaça de morte”

01	Lara	D Joana() pergunta se()
02	Davi	É né, ()
03	Lara	()
04	Davi	Eu vou perguntar né, se ela achar que eu posso entrar né
06	Lara	() cadeira aí ó
07	Davi	Doutora
08	Lara	é::>deixa eu falar< como que a senhora chama?
09	Joana	Joana
10	Lara	[dona Joan:a], a senhora não po:de manifestAR, tá bom?
11		fica<calaDI:nha>
12	Joana	tá.
13	Lara	táce↑rto?
14	Joana	Certo
15	Lara	Então tá bom.
16		o que que aconteceu com o senhor Juca mais dona Joana, seu Juca?
17	Lara	o senhor ameaço↑u a dona Joana, seu Juca?
18		
19	Juca	eu?
20	Lara	É↑
21	Juca	(há um tempo atrás)()sabe como que é?
22	Lara	ahn?
23	Juca	tenho ela como minha mãe, ela que tá me julgando eu
24		Uai, senhor tem ela como mãe, mas fala que vai matar ela? Uai!
25	Lara	Filho num mata mãe não, ué. Da onde o senhor tirou isso?
26		
27	Juca	[(é:)]
28		então o senhor quer mata ela uai mais filho não mata mãe não [uai]
29	Lara	
30	Juca	[po↓is é↑::]
31	Lara	é:::? [>de onde que o senhor ti↑rou↑sso?<]
32	Juca	[que é e:↑la que tá me julgan:do eu↑:]
33	Lara	hein::?
34	Juca	°éé:: ela que tá sim me° julgan:do eu:
35		Não é:: e:la que tá jul↓gando o se::nhorN↑ão:, quem vai: julgar o
36	Lara	senhor, sou: Eu::
37	Juca	Não, é el- é ela que está me julgando e::U
38		N↑ão,e- sou eu que vou: julgar o se↑nhor, não é ela não>mas porque
39	Lara	o senhor está falando que vai matar e:la< por causa de te::↑rra?
40		
41	Juca	>eu quero que ela<pro:↓ve: (.)
42	Lara	Hein:?
43	Juca	Agora eu quero [que el- ela prove]
44		[e:le tá] ameaçando eu dire:to[()]
45	Joana	
46	Juca	[aí ó↑:]
47		
48	Joana	já tomei:- de [pré-]
49	Juca	[ta] vendo?
50		de prejuízo, Já tomei VIN:te mil↑::, já- tô tomando
51	Joana	°prejuízo°VINte: mil::, mais↑ de vin↑::te mil::
52	Juca	Aí::, VIU?
53	Lara	(é)
54	Joana	Mais de vinte mil

55	Lara	ham. e aí, vocês vão fazer as pa:zes? o senhor vai parar de
56		ameaçar e↑la e [vão viver em pa:z?]
57	Juca	[É::? Nã:↑o ela ()]
58	Joana	[Nã::↑o (de jeito nenhum)] nã:↑o
59		(ele ameaça eu)
60	Lara	A::hm
61	Joana	e vai, eu falei assim não se ele sair de lá não()
62		[] de:ixa eu falar uma coisa com a senhora dona Cid:a↑...
63		e::ste processo aque: e:ste que: não é para tirar ningué↑:m de
64		luga:r nenhum: Tã↑:: e:ste processo aque: nós estamos analisando
65	Lara	só o que:: o:: delito de ameaça só: que: ele chegou para o senho:r
66		pra senho↑:ra e falou pra senhora assi:mJoana↑:a eu vou te mata↑::
67		ele falou isso com a senho↑ra?
68		
69	Joana	nã:o mais e::le está ameaça:ndo eu dire↑toporque e::le já já
70		entrou: no meu terre:↑no foi assi:m>da outra vez teve audiência
71		aque: não te↑ve?<va↑i o:: coisa queria processar e:le eu vai falei
72		não se ele sai de lá:↑
73	Lara	a:hm
74	Joana	vou processar não fi:cou:
75	Lara	tá::
76	Joana	Ai:: o que que ele↑ fez↓ inves dele: ficar: é:: quetinho né: e
77		tudo né:
78	Lara	a::hm
79	Joana	nã:o↑ (foi colocar relógio lá)entrou: no meu terreno
80	Juca	[ai:
81	Joana	() não ace:i↑to. não ace:i↑to. não ace:i↑to.
82	Lara	[Dona conceiã:o, o que que ele falou com a senhora, que a
83		senhora se sentiu ameaçada?
84	Joana	Não ace:i↑to=
85	Lara	[Deixa eu falar uma coisa com a senhora
86	Joana	entrou no meu terre:no entrou no meu terre:no()=
87	Lara	dona Joana, o que que ele falou com a senhora que a senhora se
88		sentiu ameaçada?
89	Joana	num acei↑to (.) nã:o é que eu fiquei olhando no meio da terra,a
90		entrada lá [da terra ()]
91	Lara	[anhã(.) mas qual que]
92		que é a ameaça que ele fe:z?
93	Joana	num gosto [()]
94	Lara	[anhã. tá] bom, dona Joana, vou perguntar pra senhora ma:is uma
95		vez, que a senhora não me respondeu. comoque ele ameaçou a
96		senhora? ele falou assi:m Joana, eu vou te mat↑ar ou ele pegou o
97		revólver e apontou pra você (.)
98	Joana	()ele tirou um currião pra mim bater:↓
99	Lara	a:h ele tirou o currião pra te bate:↑?
100	Joana	Tirou:
101	Lara	Tirou: né:, que dia que fez i:sso?
102	Joana	Ah tem bem tempo já, foi a primeira vez que ele veio pra cá.
103		
104	Lara	E agora? Agora ele fez alguma coisa?
105	Joana	Agora, agora ele fez uai porque eu↑ falei pra ele sair de lá: o
106		que que ele fe:z
107	Lara	Ãhm
108	Joana	invés dele ficar lá mesmo()eu tenho que sai:↑r de
109		casa pra mim () da minha ca:sa() ficar de
110		o:i↑to, nove dias que depois eu vo:lto pra casa de novo.
111		

112	Lara	Por que?()
113	Joana	Ua:i, por causa de:↑le uai
114	Lara	O que que ele fala para senho::↑ra dona Joana?
115	Joana	(mais)
116	Lara	a senhora não falou até agora
117	Joana	nã:o, mas escuta, meNI↑na() eu dei a ele
118		uma vaca dado, menina [(a vaca tá lá)]
119	Lara	[ó, seu Juca (.)] o outro
120	Joana	[a vaca tá lá no pasto me:u ó]
121	Lara	[ó pode sair ()] >a senhora dá licença faz favor<() a senhora
122		não se manifestou, a senhora não me obedeceu, faz favor (.)
123		
124	Joana	[eu dei]
125	Lara	[se continuar] se manifestando, aí eu vou para↑r, vou fazer prisão
126		por desobediência, tá? (0.5)
127	Joana	aqui, eu dei um, eu tô só com a aposentadoriazinha e dei o: meu
128		sobrinho lá o pasto pra bater oitocentos real e depois =
129		
130	Lara	está:
131	Joana	edep-
132	Lara	A senhora vai querer()
133	Joana	não, <u>que::RO</u> <u>que::ro</u> ()
134	Lara	(Senhor::: Juca agora o senhor pode senta ali)()
135	Joana	()
136	Lara	(Joana)
137	Joana	()
138	Lara	Ahm!
139	Joana	Ai eu dei oitocentos pra abater: o pasto estou tirando
140		trezen:tosrea:is da minha... mercadori::a
141	Lara	Tá
142	Joana	Para pagar:
143	Lara	Humhum
144	Joana	Agora eu empre- eu:: tomei emprestado do meu irmão a que em
145		Ervá:lia duzentos reais paro modo de eu >não passar <u>fa:↑l</u> está
146		menina você já viu isso<? ()
147		
148	Lara	Ahm
149	Joana	Eu tiro trezentos todo mês para pagar prestação>tô pagando a
150		prestação do pasto< eles não batem <u>pa:sto</u> não fazem cerca não
151		fazem nada >e que quê a criação nasce<
152	Lara	Mas deixa eu falar: com a senhora... não é: com esse processo a
153		que que a senho-senhora vai resolver o negócio da terra não... a
154		senhora precisa de um processo de () não É:: esse
155		processo aque não esse processo não vai resolver: <u>na↑da</u> da sua
156		terra <u>nã↑o</u> vai tirar ele da sua terra
157		
158	Joana	Eu se:i... só que ele num pode ficar lá o juiz falou: ()
159		°num vou processar ele não° e ele está aí(não vou
160		processar: ele não e ele tá ai:: e da outra vez e porque estava
161		chorando não pode falar nada. o juiz queria processar ele
162		(a senhora vai fazer um processo para processar ele?)eu falei
163		<u>assim</u> não, se ele saí de lá::...
164		
165	Lara	não é e:sse processo aqui não Joana >se a senhora quiser resolver
166		o problema de sua <u>te:rra</u> a senhora tem que arrumar um advoga::do<
167		defensoria púb:lica ai vai resolver >a questão↑ da terra< esse
168		processo aqui não tira ninguém de terra↑ esse processo aque a
169		única coisa que ele te fa:z é (na verdade) Joana é o seguinte↑ é

170		se ele ameaçou a senhora de morte, só:↑ isso.
171		
172	Joana	Ameaçou:: tem ameaçado dire::to,
173	Lara	A senhora tem testemu:nha?
174	Joana	dire::to. ter- tenho.
175	Lara	a senhora tem prova?
176	Joana	tenho. ()
177	Lara	[então tá bom]
178	Joana	[tenho. tem que ele matou as criação também]
179		<então tá bom. entãoago↑ra a senhora vai sentar lá na sua
180	Lara	cadeiri::nha, vai ficar caladi::nha que agora eu vou conversar com
181		ele. tá bom?>
182	Joana	Tá
183	Lara	aí, a senhora não vai falar mais nada. ele deixou a senhora falar,
184		tá certo?
185	Joana	°tá certo°
186	Lara	agora vou conversar com o senhor Juca. tudo bem?
187	Joana	tudo bem.
188		Juca o senhor é o seguinte esse processo aque é um processo
189	Lara	criminal tá? que ela moveu contra o senhor alegando que o senhor
190		teria represen- teria ameaçado
191	Juca	Ta
192	Juca	Unrrum
193		seu Juca, pro senhor é o seguinte: esse proce:sso aqui é um
194		processo criminal, tá? que ela moveu contra o senhor, alegando que
195		o senhor teria ameaçado ela de morte. tudo bem? (.) o senhor é um
196	Lara	autor primá:rio. o senhor sendo autor primário, o senhor tem o
197		direito (.) o benefício que a gente chama de transação penal, tá?
198		o benefício de transação penal consiste no quê? é uma oportunidade
199	Lara	que a gente dá ao autor quando ele é primário de não↑ responder um
200		processo, tá? aí o senhor teria que paga:r uma
201		prestação(pecuniária) que é no valor de um salário mínimo, que eu
202		determino pra uma instituição de caridade que é credenciada com a
203		gente aqui. aí o senhor não responderia esse processo, tá?
204		
205		
206	Juca	tá bom (0,5)
207	Juca	aqui, mas eu tenho que trazer a testemunha? ()
208	Lara	Tem
209	Juca	mas eu tenho a testemunha
210	Lara	o senhor tem essa testemunha?
211	Juca	tenho
212	Lara	[senhor querfazer uma]
213	Juca	[tenhoa testemunha] co↑mo eu não matei a criação dela
214		
215	Lara	tá [mas não]
216	Joana	[aqui]
217	Lara	[dona ô dona Joana]
218	Joana	[matou porque a ()]
219	Lara	[>↑dona Joana] falei que a senhora não vai falar mais tá?<
220		
221	Joana	Ta
222	Lara	a senhora já falou tudo que a senhora tinha pra falar
223	Lara	Senhor Juca nós não vamos apurar aqui neste processo se o senhor
223		matou ou não o gado dela a única coisa que vai ser apurada nesse
225		aqui ó é o crime de ameaça de morte. ()
226		
227	Juca	()

228		Então o senhor tem dois caminho Juca() ou o senhor é ou o senhor
229	Lara	aceita a transação (e volta pra casa)senhor não vai responder ele
230		
231	Juca	Como assim?
232	Lara	Pagando aquele um salário mínimo que eu falei para o senhor pra
233		instituição de caridade
234	Juca	Pagar salário mínimo? Pra ela?
235	Lara	Não Juca pra uma instituição de caridade()
236	Juca	Mais aqui()que que eu comprovo o que que eu ganho
237	Joana	()
238	Lara	Agora eu tô começando a ficar aguniada com a senhora
239	Juca	Olha eu aqui o que que eu ganho()
240	Lara	Pode Parcelar
241	Juca	()
242	Lara	E meio salário mínimo o senhor pode?
243	Juca	De quantas vezes?
244	Lara	De três
245	Juca	Pode
246	Lara	Ai o processo acaba
247	Juca	Pode
248	Lara	()
249	Juca	Ai acaba
250	Lara	Agora se você não quiser()
251	Juca	()
252	Lara	()
253	Juca	ahm?
254	Lara	Ai o senhor pode aí mando pro promotor pra ele denunciar o senhor.
255		Que que o senhor quer fazer?
256	Juca	()e com quanto eu entro hoje?
257	Lara	heim?
258	Juca	Com quanto que eu entro hoje?
259	Lara	Ahn?
260	Juca	Com quanto que eu entro hoje?
261	Lara	O senhor vai fazê o depósito no banco tá?
262	Juca	Aham?
263		Não, o senhor vai fazer depósito no banco, ta?()agente
264		não paga nada na justiça não. Aí se o senhor quiser(fazer a)
265	Lara	transação penal o senhor vai fazer o depósito no banco (Vou te dar
266		o número da conta e tudo) o senhor vai lá e faz o pagamento ta o
267		senhor vai pagar de três vezes não é?
268		
269	Juca	E no caso ()
270	Lara	Oi?
271	Juca	()
272	Lara	Não pode pagar
273	Juca	()
274		mas só que o senhor tem que trazer o comprovante aqui pra mim (ele
275	Lara	tem que entra no processo)sabe aquele papelzinho
276		
277	Juca	Ahm!
278	Lara	que sai lá do banco que a gente deposita ai a boca do caixa não dá
279		um papelzinho pra gente
280	Juca	°eu queria pagar de três vezes°
281		não, pode pagar. mas só que o senhor tem que trazer o comprovante
282	Lara	AQUI pra mim que tem que juntar no processo. sabe aquele
283		papelzinho que sai lá no ba:nco? que a gente deposi:ta? aí a moça
284		do caixa dá pra gente, provando que a gente depositou? esse

285		papelzinho que tem que juntar aqui no processo.
286		
287	Juca	e eu trago tudo de uma vez?
288	Lara	o ideal é trazer um de cada vez. um de cada vez.
289	Juca	E se eu pagar tudo
290		Se o senhor pagar tudo de uma vez ai você vai trazer um só vai ser
291	Lara	mais fácil para o senhor eu te dou trinta dias
292		
293	Juca	()
294	Lara	É
295	Juca	(.) tudo então com trinta dias
296	Lara	Com trinta dias
297	Juca	Com trinta dias
298		() (a e vamos supor) aqui e se eu quiser pagar um pouco terça-
299	Juca	feira, quinta-feira agora e um pouco na outra
300		Uai você pode pagar mais você tem que trazer o comprovante pra mim
301	Lara	
302	Juca	Aí [()]
303		[Se] você não trouxe o comprovante pra mim:: o processo
304	Lara	continu:a contra o senhor
305	Juca	(não então eu trago)
306	Lara	Está certo?
307		Certo() quer dizer então que você me dar um papelzinho com:
308	Juca	
309	Lara	Vou te dar um papelzinho com quase tudo, ta?
310	Juca	(então ta bom)
311	Lara	Está bom?
312	Juca	Tá, Tudo que é conversado se é entendido
313		Oi:?:é:: () que será pago o dia, vai ser paga até o dia vinte
314		sete do seis de dois mil e (oito)(.) é a instituição? Qual a
315	Lara	insti- a instituição que está cadastrada ()
316		
317	Mel	(a)
318	Lara	()
319	Lara	Mas dona Joana, () o processo, dona Joana
320		() o meu colchão ta todo rasgado, num posso comprar outro
321		colchão () num tem geladeira, num tem televisão num tem nada. (
322	Joana) oitenta real só de luz eu paguei cento e oito hein! Cento e
323		oito()
324		Pois é, mas num é esse processo que resolve isso aqui não. Vou te
325		encaminhar lá pra defensoria pública pra () pra resolver esse
326	Lara	negócio da terra. Num é esse processo aqui não.
327		
329		pois é. ele (podia) sair de lá. o coisa falou pra ele doar a casa
330	Joana	()
331	Lara	é?
332	Joana	é. doar a casa=
333	Lara	=é mesmo? por que o senhor não sai de lá, seu Juca?
334	Juca	han?
335	Lara	por que o senhor não sai de lá↑
336	Juca	°não°. sair? é- eu num tenho pra onde ir(.)
337	Juca	Han? Aqui. Eu comprei a casa. Se ela me pagar eu saio.
338	Lara	O senhor comprou a casa dela, seu Juca?
339	Juca	Comprei a casa do filho dela. ()
340	Lara	Comprou né.
341		() meus irmãos mesmo falaram que ele tá acabando com a minha vida.
342	Joana	eu tomo remédio de depressão e o médico falou que se eu ficar lá
343		eu tenho que tomar remédio de depressão direto e eu tô acabada por

344		demais da conta.
345	Lara	por que que a senhora num vende lá pra ele?
346	Joana	nossasenho:†ra
347	Lara	Por que?
348	Joana	()
349	Lara	Vende tudo pra ele. Manda avaliar lá quanto que custa.
350	Joana	()ele ta lá com a vaca e um bezerro ()num me dá nem um
351		caroço ()
352	Lara	Hoje num tem jeito de resolver isso não, porque ()
353	Joana	()
354	Lara	Uai! Mas eu fiz só uma()
355	Joana	Ele tapanhando café. Ele ta com a lavoura lá ó. Tapanhando café.
356		
357	Lara	Dá café pra ele ué!
358	Joana	Han?
359	Lara	Da um pouco de café pra ela lá.
360		()
361	Joana	()
362	Lara	Faz um contrato!
363	Joana	Faz um contrato com ele hoje aí ()
364	Lara	Eu num posso fazer contrato não, dona Joana. Eu sou juiz, eu não
365		faço contrato pra senhora não()
366	Joana	()café comigo () hoje eu processo ele. Hoje eu numto com dó
367		dele não () (0.0) pra ele aprende. (0.0)
368	Lara	Dona Joana, a senhora está dispensada, ta! A senhora ta dispensada
369		já. To terminando aqui com ele ()
370	Joana	E o café? ()
371	Lara	Dona Joana, esse processo aqui não é o café. Então eu não posso
372		falar nada sobre o café. A senhora tem advogado?
373		
374	Joana	Tenho.
375	Lara	Quem que é seu advogado?
376	Joana	é:: doutor ()
377	Lara	É? Então a senhora tem que ir atrás o advogado dela taí?
378	Joana	Ta.
379	Lara	Chama o doutor fazendo o favor. () Não é esse papel ()
380		
381	Joana	()trabalho junto com ()
382	Lara	Seu Juca, então o senhor fica responsável por trazer pra gente
383		aqui o comprovante, tá?
384	Juca	Certo.
385	Lara	Oi?
386	Juca	() as vezes eu pago uma parcela hoje né?
387	Lara	É. As vezes você já paga né?
388	Juca	O banco tá aberto hoje? () no mesmo lugar né?
389	Lara	Paga.
390	Juca	E eu entrego isso aqui pra quem?
391	Lara	João, você que é advogado da dona Joana?
392	João	Sou.
393	Lara	Pois é, João. Porque a dona Joana quer porque quer que eu resolva
394		a terra dela. O café dela. ()
395	Joana	[() ta pagando conta de luz ()
397	João	()
398	Joana	Não.
399	Lara	O:: seu Juca, não pode fazer o depósito no caixa eletrônico não,
400		viu! tem que ser no caixa. ()
401	Juca	[Sei, sei. Tem que enfrentar fila né?
402	Lara	É. Tem que pegar fila. Isso mesmo.
403	Juca	Eu vou na () e faço o depósito de uma vez lá.
404	Lara	Aí cê tem que trazer aqui, ta?

405	Juca	Ta. Até que horas que eu posso trazer isso aqui?
406 407	Lara	Tem que ver quem que resolve isso do condomínio né, doutor?
408 409 410 411	João	O negócio dela tá complicado porque na verdade o negócio dela é do marido dela. Já teve a separação, a divisão do terreno, a parte dela. Existe uma confusão de () o marido persegue ela.
412 413	Joana	Ele tava andando com um cavalo no pasto, com criação lá ()
414 415 416 417	Lara	Mas o advogado da senhora vai falar isso com a senhora tá? Eu não posso falar isso hoje com a senhora, porque o processo hoje é de ameaça, dona Joana. O processo não é de pó de café da senhora. Não é do pasto, tá?
418	Joana	() três anos já. () (0.0) ()
419 420	Lara	vou te dar essa cópia aqui tá? Essa aqui pe a cópia do senhor.
421	Juca	tem que assinar?
422 423 424 425 426 427 428 429	Lara	o senhor vai ter que pagar duzentos e sete reais, tá certo? tá vendo aqui? vai pagar até o dia vinte e sete. vai fazer um depósito nesta instituição, o número da conta é esse aqui, a agência, no banco do brasil. na hora que o senhor fizer o depósito lá, o senhor vai trazer esse papel aqui ó e vai pedir pra anexar nesse processo aqui ó. o senhor vai no banco e mostra isso. vai chegar aqui embaixo na secretaria.
430	Juca	aqui?
431 432	Lara	aqui no fórum. sabe aquela sala lá embaixo escrito secretaria? sabe qual que é? o senhor entendeu?
433	Juca	anhã.
434 435	Lara	tá certo? O senhor entendeu? Então tá bom o senhor vai com deus.
436 437 438	Advogado	Tá certo, a gente conversa semana que vem. Dona Joana, a senhora vai lá no escritório pra gente resolver isso. Semana que vem. Tá? Semana que vem, tá certo?
439	Lara	Raul Moraes Carvalho e Vitor de Souza Soares. (0.11)
440 441	Joana	() as vezes dá pra ir junto com a minha. Dessa vez não aconteceu nada, aí depois, depois o::
442 443 444	Lara	o doutor vai entrar com o processo, aí vai resolver, tá? tá bom? a senhora pode ir embora agora tá? (barulho de cadeira) Raul?
445	Davi	o senhor Vitor de Souza não compareceu
446		voz de dona Joana no fundo
447 448 449 450	Lara	o Vitor não compareceu?(ruídos - Voz de Joana ao fundo) Tudo bem, senhor Raul? O senhor é o senhor Raul né? O senhor Raul, o senhor tá com um probleminha com o Vitor ou vocês já resolveram esse problema?
451	Raul	não, ainda não mas dá pra resolver
452	Lara	dá pra resolver né?
453	Joana	tchau
454	Lara	tchau, vai com deus, dona Joana. =
455	Joana	você é muito boa mesmo
456	Lara	amém. então tá bom. vai com deus também, dona Joana.
457	Joana	olha ele querendo brigar comigo aqui ó
458 459 460	Lara	nãonão vai brigar com a senhora não. Pera aí que eu vou ter que ir lá (barulho de passos de salto) vou ter ir lá resolver.
461		deix- deixa que eu vou lá
462 463 464 465	Lara	Vou ter que ir lá dar uma advertência de no::vo. Se não vão sair daqui presas hoje. [olha aqui!] vou te dar o ÚL↑tmo aviso >pra vocês dois<. se vocês ficarem, <eu vou mandar chamar a poLÍ↑cia> pra prender vocês, ok? tá avisado tá? se ficarem <eu vou mandar

466		chamar a poLÍ:Cia>e vai prender to:do mundo, tá senhor Juca?
467		
468	Joana	(incompreensível)
469	Lara	(barulho de passos de salto)

ANEXO C - Transcrição da audiência “A briga”

01		Leandro Ferreira Ramon Ferreira Roger Monte↑iro Mauro Ferreira
02	Sônia	((ruído))
03		(15,0)
04		bo:ata::↑rde
05	Léo	boa tarde
06	Roger	°boa tarde°
07	Sônia	isso aqui tá perdi:do Vitor?
08		((aponta para documentos sobre a mesa))
09	Vitor	É
10		(14,0)
10	Sônia	vocês quatro brigaram
11		(2,0)
12		ce↑rto?
13	Léo	Humhum
14	Sônia	o porquê↑ não vem ao <u>caso</u> aqui
15	Léo	Humhum
16		é:: do jeito que foi lavrada a ocorrê:↑ncia (1,0) a gente
17		entende que foi lesões recíprocas o que são lesões recíprocas
18		↑QUEM bateu apanhou QUEM apanhou também bateu↓
19		(2,0)
20	Sônia	porque aqui no caso só↑ quando há desproporção mui:↑to grande
21		entre o tamanho de um e de outro que a gente até entende que
22		um tenha só apanhado e o outro só batido
23		(2,0)o que eu aconselho aqui a vocês como
24		conciliador↑(1,0)arquivar isso (1,0) fazer como o (1,0)Ramon o
25		outro é o::? (1,0)
29	Ana	[Mauro]
30	Vitor	[Mauro]
31	Ana	pai dele
32	Roger	é o pai
33		é(1,0) não(.)não tocar isso pra frente >porque que< que vai
34	Sônia	acontecer↑(2,0) se ele pagar uma cestabá:sica ou prestar um
35		servi:↑çovocê também vai te↑r (.) que pagar uma cesta básica(.)
40	Léo	então: deixa pra lá[mesmo]
41	Sônia	[nós] vamos esta↑r (.) trocando cebo::↑la
42	Davi	só que:: não tem possibilidade de prestação de serviço não
43	Sônia	ah é °esqueci° sempre esqueço que a prestação de serviço ta
44		suspensa
45	Davi	seiscentos e vinte e dois
46		(15,0)
47		((conversa baixa))
48		(12,0)
49		((conversa baixa))
50		(5,0)
51		((tosse))
52		(11,0)
53	Sônia	essa é a minha parte
54		(7,0)
55	Sônia	Roge:r (2,0) levando isso
56		adiante (1,0)
57		o que o senhor lucra com isso?
58	Roger	ua:i()
59	Davi	seiscentos e vinte edois()
60	Vitor	e oh↑ (leva) um jeito lá
61	Sônia	mas vem cá↑ (1,0)

62 63	Roger	uai (2,0)
64 65	Sônia	seiscentos e vinte e dois:↑s rapaz (.) pega uma namora:davaipra uma festa aí esquece o ocorrido
66 67	Léo	tenho muita fra↑lda pra comprar seiscentos e vinte e dois dápra comprar muita fra:lda
68	Sônia	seiscentos e vinte e dois então compra muita fra:::lda
69	Léo	muita: fralda
70	Vitor	muitacoisa()
71	Sônia	então (3,0) eu acho que a melhor solução aqui (.)
72	Léo	tá bom
73 74 75	Sônia	se vocês temassuas diferenças pessoais como eu falei não interessa aqui, fica com vocês em outro lugar (.) Quedasépequeninho mas DÁ↑ pra um evitar o outro
76	Léo	Dá
77	Sônia	dá::?
78	Léo	°com certeza°
79 80 81	Sônia	>e outra<se um tá numa conversa o outro entra depo:is>vocês não precisapassarpelaruacêsnãoprecisadarbomDI↑Aumprooutro< (.) igno:↑ra um ao outro e cada um segue sua vi↑da
82	Léo	clá:ro
83 84	Sônia	porque eu acho realmente uma bobagem doutora a senhoranãoconcorda comigo?
85	Ana	°concordo°
86 87	Sônia	e pra quê que vai fazer ele pagar seiscentos e vinte e dois seo senhor também vai ter que paga:r
88	Ana	[()]
89 90 91 92	Sônia	[aí o que que acontece] se fo:sse um de vocês se TODOS (.) que aqui eu tenho já alguns termos de desinteresse, mas se vocês decidirem dequequerem continuar(.)euvouterquemarcaruma NO↑VA audiência
93	Roger	[()]
94 95 96 97	Sônia	<[osoutro:s vão to::dos] comparecer aqui> quem vai morrer de rir↑ as instituições de Quedas (1,0) porque vocês são muitos ó dá pra mandar <um pro asi:lo um pro hospital um pra creche um pro capes>óh↑ todo mundo vai ganhar seiscentos e vinte e dois conto
98	Vitor	centro espí:rita
99 100	Sônia	cetoespí::rita entendeu? (2,0)
101	Roger	tá bom
102 103 104	Sônia	não compe:↑nsa (2,0)nãocompe:↑nsa vocês tinham seus desentendimentos mas jáameniza:ram()na hora lá e> passou passou↑< (2,0)
105	Roger	tá bom
106	Sônia	pode↑mos o senhor conco↑rda em arquivar↑ri:sso? [vamosarquivar↑r]=
107	Roger	[tábom]
108	Sônia	=é a melhor soluça:o↑
109 110 111	Ana	°eu também acho° (2,0) [você achar o culpa:do]
112	Sônia	[isso é coisa que acontece] num momento de cabeça que::unte tem
113		hora que a gente descontrola me:smo=
114	Roger	()
115 116 117 118 119	Sônia	=mas passou↑ passou↑ (4,0)e outra co:↑isa(1,0)se toca pra frente(1,0)vai ser como se vocês tivessem aceitado(.)vai ser não↓ vocês vão ter aceitado a proposta de transação penal↓ (2,0)cinco a:nos amarrados>aquicomigo<
120	Léo	não temnada()
121	Sônia	[nos próximos cinco anos]

122	Ana	[você vai tem que vir assina↑r] (tem que vir) (=)
123	Sônia	[e você] é cla:ro tem problema não eu tiro seiscentos e vinte
124		dois do bolso só pelo pra:ze↑r de saber que ele também vai
125		tirar seiscentosevinteedoisdobolso(.)vocênãovaiganhos
126		dinheiro também não vai fazer falta pra ele [()]
127	Léo	[>eu tô<] eu tô DU:↑ro
128	Sônia	NÃ↑O (.) digamos não [épossível]=
129	Léo	[eu tô DU:↑ro]
130	Sônia	= saber o que vai acontecer contigo nessa vida
131	Léo	seiscentos e vinte dois [()]
132	Sônia	[o que quevaiacontece↑r] você não sabe
133		o dia de amanhã↓(.) vai que Deus me livre e guarde você:
134		atropela alguémnaru:a(.)aconteceumaoutrasituaçãoquevocêseveja
135		no:↑vamente envolvido numa ocorrência policial (1,0)
136	Ana	não tem [benefício não]
137	Sônia	[<nãotemtran]sa:↑çãocomigonospróximoscincoanosnã:↑o(.)
138		>eu ligo para o promotor, processo-crime, antecede:ntes< (.)
139		agora, a partir do momento que eu archive↑i>a ficha de vocês tá
140		limpi↑nha aqui comigo< (.) não quero ver vocês aqui de
141		no↑vo(.)ma::s (1,0)sabe [que se vie::r]=
142	Léo	[que é igual]
143	Sônia	= é menos uma possibilidade de pagar uma cesta básica já não vai
144		ser um processo cri↑me
145		(3,0)
146	Ana	ainda teria que ve↑r também se tem direito né ao [benefício]
147	Sônia	Davi foi ver ainda se vocês temdire:↑ito[é o isso que]
149		(26,0)
150	Sônia	((a conciliadora examina a documentação trazida pelo
151		estagiário))
152	Sônia	você só tem i↓sso((olhapara Roger))
153		(3,0)
154	Sônia	você já tá no terce↑irocrime((olha para Léo))
155		(7,0)
156	Sônia	podemos archiva↑r?
157	Roger e Léo	((concordam com movimento de cabeça))
158	Sônia	° preencheadocumentação:↓o voupegar o termo de desinteresse
159		dos dois°
160		(8,0)
161	Sônia	e encerramos hoje né?
162		(2,0)
163	Ana	eliminar um pouquinho, né? (2,0)
164	Sônia	meni↑na tem dia que vem:↓ (1,0)outro dia ne:↑m veio (1,0) vim
165		ainda cheguei com uma pressa com um tanto de coisa pra faze:↑r
166		(1,0) apesar que não mandou nenhum (2,0) eu falei lega:↓l agora
167		tô aqui deplântão
168		(2,0)
169	Vitor	tem que estar
170	Sônia	hum?
171	Vitor	tem que estar
172		(2,0)
173	Sônia	meu plantão: é o dia que dá sete horas e não dá seis
174		(3,0)
175	Vitor	()
176		(11,0)
177	Sônia	()
178		(11,0)
179	Sônia	ai deu pra fazer o acordo dela
180	Vitor	Davi: você tá em que↑ período da faculdade?

181	Davi	Sexto
182	Vitor	vai terminar no fim desse ano?
183	Davi	h.h.h
184	Sônia	claro que sim porque com o promotor ele conseguiu (faz um gesto com os dedos indicando dinheiro)
185		
186	Vitor	mas é mu:ito?
187	Davi	na verda::de
188	Sônia	>na verdade na verdade< é bem pouco
189	Ana	também acho
190	Vitor	estado do Rio nã::o estado doRio ganha be:↓m
191	Sônia	h.h.h (mas lá é tudo)glamou:↑r
192	Vitor	que i:sso
193	Sônia	na verdade lá não tem tanto pode:↑r
194	Davi	te↑mte↑m
195	Sônia	>é ruim hei↑m< lá tem que abaixar a cabeça pro promotor (1,0)
196	Ana	não tem nem papo
197		((todos falam junto))
198	Davi	()desembargadortambé:↑m=
199	Vitor	=() pode ser ministro do ST- doSTF
200	Sônia	[AA::hhh()] aquelahistória
201	Ana	[()]
202		((todos falam juntos))
203	Davi	pra não abaixar a cabeça para ninguém, o negócio é ser presidente, né?
204		
205	Sônia	é:: isso aí
206	Vitor	() (3,0) °mais certo° (3,0)
207	Sônia	uai (.) nessa questão de mensalão aí algué:↑m tem que ser preso econdenado
208		
209	Vitor	justame::↑nte
210	Ana	entendeu? (o advogado)
211	Sônia	() é que não pode
212	Ana	[()]
213	Vitor	[()]
214	Ana	() chamou o moleque de mequetrefe h.hmequetrefe(3,0)
215		foi e conseguiu, viu?
216		(14,0)
217	Sônia	qua::l↑ é a patente doseupai?()
218	Ana	meu pai ↑>primeiro sargento<
219		(3,0)
220	Sônia	por que que::igual()já vi várias pessoas[chamando]
221		
222	Ana	[cabo Jorge]?
223	Sônia	tenente e cabo Jorge
224	Ana	h.h.h não sei
225	Sônia	porque hoje se eu ver o tenente ia falarassimtene↑nte()
226	Ana	eu não sei se meu pai foi tenentenão()
227		((trecho inaudível))
228	Vitor	ele era primeiro sargento?
229	Ana	É
230		((trecho inaudível))
231	Vitor	primeiro tenente segundo tenente
232		((trecho inaudível))
233	Ana	é porque ficou cabo Jorge Cabo Jorge e não saiu disso()
234		(32,0)
235	Ana	termo de desinteresse para conciliação
236		((barulho de impressora))
237		assinar os dois aqui
238		(0,34)
239		((os rapazes assinam o documento))

240	Ana	Obrigada
241	Léo	de nada
242	Roger	Obrigado
243		((barulho de porta se fechando))

ANEXO D - Transcrição da audiência “A ausência”

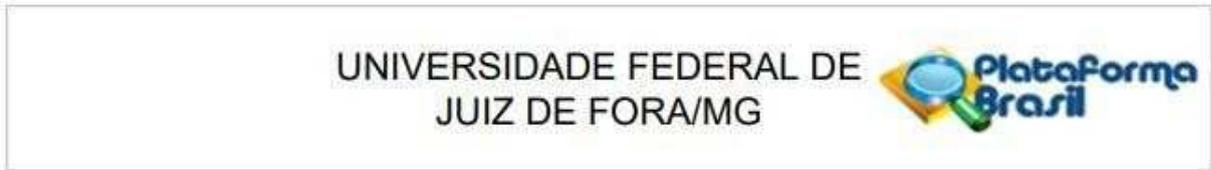
01	Lara	já chamou: o:: (0.8)Antônio Soares Fi:lho?
02	Raul	(teve) um amigo,do Gervásio
03	Lara	Gervá:sio
04	Raul	() Paulo Henrique Germa:no
05	Lara	Paulo Henr- Henrique Germano?
06	Raul	fez um mês que tinha chegado
07		(6,38) ((trecho inaudível))
08	Lara	coloca aí comparec - você pagou uma prestação somente, tá bo:m?
09		dava qua↑tro prestações no: valor de: (.) cem reais cada uma né?(.)
10		aí:: (.) - então por que que você pagou uma só?
11		
12	Paulo	porque eu fiquei ()
13	Lara	(
14	Paulo	(uns dois meses)
15	Lara	hãhã?
16	Paulo	agora inclusive ()
17	Lara	qua↑ndo que você vai pagar (.) os trezentos reais?
18		[(>qual é a] forma de pagamento<)?
19	Paulo	[ago:ra](eu posso também) o mais rápido possível (em coronel) eu
20		posso pagar
21	Lara	amaNHÃ?
22	Paulo	po:de pagar - posso.
23	Lara	Amanhã
24	Paulo	°possó°
25	Lara	então tá (.) o senhor pode fazer o depósito em dinhe:iro=
26	Paulo	mas - mas pode ser ()
27	Lara	=amanhã: é dia: o:nze (.) doze, né? do:ze
28	Paulo	(do:ze) sexta feira não é melhor não? pra mim é melhor
29	Lara	tá (.)vai ter que apresentar o comprovante e o saldo (
30)depósito tá? bancá↑rionão pode ser feito no caixa eletrônico (.)
31		tá?
32	Paulo	() bancário
33	Lara	tem que ir na bo:ca do cai:xa (.)aí você vai trazer pra mim,
34		comprovante (.) de pagamento
35	Paulo	(isso tudo na sexta feira)
36	Lara	tá:?(2,0) entendeu?
37	Paulo	Entendi
38	Lara	(perfeito) deixa eu só ver aqui (se você entendeu) a
39		quantida:dado::: (.) da su:a- a:
40	Paulo	(é no dia doze né) ()
41	Lara	()
42		(25,0) ((trecho inaudível))
43	Paulo	(mas eu não tenho conta bancária não)
44	Lara	oi?
45	Paulo	não tenho conta bancária não
46	Lara	daqui↑
47	Paulo	é: (.) só do ()
48	Lara	() chamar (4,0) vo:cê tem condições (.) de: ir ao
49		(abrigo)e efetuar esse pagame:nto lá no (abrigo) de trezentos reais
50		(.) em dinhe:ro?
51	Paulo	°tenho°
52	Lara	Tá? e aí trazer o (comprovante) pra gente (.)=
53	Paulo	tenho condições
54	Lara	(comprovante) dos trezentos reais até quinta feira
55	Paulo	°sim sim°
56	Lara	então você traz pra gente (.) o comprovante tá? sem o comprovante

57		(.) nada feito
58	Paulo	(entendi)
59	Lara	tá bom?
60	Paulo	() quinta feira até::
61	Lara	()
62	Paulo	()
63		() (2,0) () (5,0) ()
64)desemprega:do (6,0) por vá:rios meses (4,0) () e
65		dificuldade financeira (10,0) (ponto) e informou que
66		atualmente está trabalhando (9,0) e tem condições (3,0) de arcar
67		(2,0) com o restante (3,0) da quantia (.) fixada em trez-(
68) (8,0)°condições de arcar com o restante° até o dia- não qual
69		seja qual seja (processado)(6,0) até o dia doze do seis de dois mil
70	Lara	e do:ze. (3,0) se o comprovante não chegar até no dia o processo
71		vai correr contra o senhor,tá? eu vou receber a denúncia e aí
72		acabou essa questão do processo. o procedimento vai correr e você
73		vai responder na instância criminal tá? essa questão do processo
74		acabou. tudo bem? é uma, chance, apenas (.) eu não dou mais
75		chance. tá certo?
76		
77	Paulo	°sim°
78		(4,0)
79		((trecho inaudível)) 11:46-13:20 ((conversa paralela)) ((barulho de passos do sapato))
80		() determinando que este efetue o pagamento da
81		quantia de trezentos reais () até o °dia°- até
82		o dia do:ze de junho >de dois mil e oito< () o
83	Lara	acusado advertido de que deverá juntar aos autos o reci::bo (.) de
84		pagamento () sob pena () (16,0) (
85) você tem ()
86		
87	Paulo	°tenho°
88	Lara	qual ()
89	Paulo	tem que comparecer mostrando ()
90	Lara	[hein?]
91	Paulo	[(hã)] (.) [(tem locação ainda)]
92	Lara	[()] (precisa comparecer não)
93	Paulo	(°não°) cadê o cartão ()
94	Lara	tá comparecen:do
95	Paulo	() mas tem alguns meses já ()
96	Lara	você deixou de comparecer?
97	Paulo	Deixei
98	Lara	por quê?
99	Paulo	porque eu não tava com tanta (vonta:de)
100		[(>tava trabalhando fora<)]
101	Lara	[uai::] mas o senhor acabou de falar comigo que
102		tava desemprega:do =
103	Paulo	não mas:
104	Lara	= não pagou a prestação porque tava desemprega:do =
105	Paulo	()
106	Lara	= agora >o senhor chega e vem falar comigo que não compareceu
107		porque o senhor estava [trabalhando fo↑ra<]
108	Paulo	[(até ago:ra)] não (.) ()
109		
110	Lara	[pois é]
111	Paulo	[()]
112		mas o senho- olha olha o jeito que o senhor falou comigo (.) o
113	Lara	senhor falou comigo não pagou a prestação () porque
114		tava desempregado (.)
115	Paulo	Hum

116		aí o senhor foi descumprir o <u>outro</u> - a <u>outra</u> exigência que era de
117		comparecer aqui () (.)
118	Lara	aí eu pergunto pro senhor
119		por que que o senhor não veio aqui? aí o senhor o >vira pra mim e
120		fala pra mim< que o senhor tá trabalhan:do . (.)
121	Paulo	()
122		ou o senhor <u>tava</u> desempregado ou o senhor tavatrabalhan↑do, né (.)
123	Lara	
124	Paulo	(°eutava desempregado°)
125	Lara	então por que que o senhor não veio aqui
126	Paulo	()
127		(isso aí) meu senhor é moti:vo de prosseguir o proce↑sso contra o
128		senhor e (tem que risco) sujar a ficha criminal do senhor (.) uma
129	Lara	suspensão do processo (tal como) foi feito aqui mamão com <u>açúcar</u> e
130		o senhor não tá cumprin:do (.)
131	Paulo	((risos))
132		no final dos dois anos eu vou (extinguir) o processo contra- e
133		inclusive vai ter esse ano dia catorze de novembro desse ano eu vou
134		ter extinguido os processos com relação aos demais (infratores) e
135		senhor fi:ca (.)((barulhos)) entendeu? (.) não dá↑ oh-
136		(fisicamente) eu não sei né eu sou nova () mas daqui
137	Lara	a pouco vocês vão começar a apren:der: com essas coisas não: acho
138		que compromi:sso é compromi:sso (.) foi feita a propôs:ta, foi
139		dado um gra:::nde benefício pro senhor porque o senhor não
140		respondeu o proce:sso (.)aí o senhor sim↑plesmente não cumpre as
141		(condições). (.) ()
142		
143	Ana	()
144		pra mim não cumpriu a condição não faz diferença nenhuma
145		prossigo com o processo pro senhor (.) a diferença vai ser pro
146		<u>senhor</u> porque () dá cadeia (.) a justiça já te oportunizou a <u>não</u>
147		responder o processo (.) aí o senhor simplesmente deixa de des-
148		descumpre as cláusulas (to:das as cláusulas) <u>não</u> justifica. eu
149		não vou (servir) de <u>babá</u> pra ficar to:do mês mandan:do o senhor vim
150	Lara	aqui pra justificar (e perguntar)pro senhor porque o senhor (>não
151		tá cumprindo< o senhor não tá cumprindo suas obrigações) o senhor
152		<u>sabe</u> das suas obrigações (.) o senhor sa:be que- do risco que o
153		senhor tá correndo (.) né. aí cabe ao senhor (.) ()
154		(5,0)
155		
156	Paulo	não é só- não é só pagar não (eu) tenho que comparecer também [()]
157		
158	Lara	[tem:: uai::]
159	Paulo	[()]
160		[é- tem vá↑rios-]tem vá↑rios (ítems aqui:)não é só- o senhor não
161		pode- o senhor não <u>pode</u> arriscar porque (sua transação tá erra:da)
162		(.) o senhor poderia () (.) (barulhos))não
163	Lara	foi pra transação (.) porque o(serviço) que o senhor (.)
164		supos:tamente praticou ele não é () e
165		<u>aí</u> o que que vai acontecer () (vai
166		começar) a responder o processo e se ao final o senhor não provar a
167		sua inocência vai pegar cadeia (.) o senhor vai querer correr esse
168		ris:co (.)
169	Paulo	°não°
170		isso depende da vontade da pessoa porque tem gente que quer ir pra
171		cadeia (.) né: isso depende da vontade da pessoa a gente tá aqui
172		pra↑ alertar (.) (°agora°) vou deixarcla::ro pro senhor isso (.) eu
173	Lara	<u>não::</u> estou aqui pra fazer papel de palhaça. eu <u>não::</u> fico
174		chaman:do autor todo mês pra vim pra audiência (de justificação)
175		(.) eu faço () >porque que você não
176		fez.< porque a obrigação de vocês é fiquei desempregado tô sem

177		condições vem aqui e coloca () estou
178		desempregado (.) e não com condições de pagar a- a prestação (
179) desse mês. a obrigação de vocês é isso não é esperar a gente
180		ficar chamando vocês não (>porque vocês não são crian:ça<)
181		(.) aí to:do mês vou ter que ficar chamando >°o senhor°< o senhor
182		lembrou de vim? a:i (.) não faço isso com meu filho de cinco
183		anos(3,0) né? (complicado) então o senhor fica atento(com suas
184		condições) tá↑
185	Paulo	°uhum°
186	Lara	essa é a primeira e <u>única</u> audiência de justificação (que vai
187		existir)
188		((trecho inaudível)) (15,0)
189	Lara	depois o senhor dá uma conferida, tá doutor no cartão dele aí
190		
191	Pedro	não: não tá com o cartão aqui não (.) () eu
192		expliquei pra ele ()
193	Lara	dá uma conferida no cartão dele depois e questiona aqui no banco
194		(tem que pagar isso aí) (.) porque em agosto o senhor vai ter uma
195		surpresa desagradável
196		(16,0)
197	Pedro	(°eu nem sa- Lara não°) (7,0)() e regulariza lá
198		embaixo e gasta tem:pó
199	Lara	é: o senhor vê que tem alguma coisa:: erra↑da o senhor já
200		(pressiona) de uma vez porque se chegar- se chegar no dia cator:ze
201		(1,0)de novem:bro (.) o processo vim: pra mim (.)eu verificar que
202		tem uma das (condições) () não foi cumprida
203		(.)o que que eu vou fazer? () (1,0) então já o:lha
204		isso de uma vez pra resolver: () por que
205		que o senhor não assinou o (li:vro) o senhor sabe que o senhor tem
206		que assinar o (livro)(.)
207		
208	Pedro	()
209	Lara	né? então não adianta (.) tá bom tá dispensado tá?

ANEXO E - Parecer de aprovação do projeto



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O português falado na Zona da Mata de Minas Gerais: constituição de um banco de dados de Audiências Preliminares do Juizado Especial Criminal

Pesquisador: Amitza Torres Vieira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 03965712.5.0000.5147

Instituição Proponente: Universidade Federal de Juiz de Fora ((UFJF))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 153.335

Data da Relatoria: 13/12/2012

Apresentação do Projeto:

Literatura está adequada, e metodologia bem escrita. Estudo bem delineado, boa fundamentação, justificativa pertinente e valor científico.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta clareza e compatibilidade com a proposta de estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pesquisa de risco mínimo. Foram citados os benefícios que a pesquisa trará. Informa que o pesquisador se responsabilizará por possíveis danos que possam ser gerados aos sujeitos, pela participação na pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo está bem delineado e fundamentado e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos, elencados na resolução 196/96 do CNS.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA/MG



Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos apresentados de acordo com a pesquisa.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto deve ser aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovo projeto antes da reunião devido às agendas de geração de dados já tratadas com o juiz, conforme conversa pessoal com a pesquisadora, que me procurou pedindo agilidade, para não perder a oportunidade de gravação, em cenário tão difícil de se conseguir acesso, como o jurídico.

JUIZ DE FORA, 25 de Novembro de 2012.

Assinador por: Paulo Cortes Gago (Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br